**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA GRAZIELLE CARREGOSA SANTOS**

# PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E POLÍTICA DE CORTES: INVIABILIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (2015-2022)

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**
**2023**

**MARIA GRAZIELLE CARREGOSA SANTOS**

# PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E POLÍTICA DE CORTES: INVIABILIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (2015-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof.ª Dra. Vera Núbia Santos

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**
**2023**

Dedico este trabalho a minha família que sempre me apoiou direta e indiretamente nesta caminhada, a vocês todo meu amor e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, em sua infinita bondade, me deu forças e condições de cumprir mais uma etapa dessa caminhada longa e árdua, mesmo diante dos diversos desafios encontrados pelo caminho. Ainda por todos os momentos que não me desamparou, me mostrando o quão poderoso és.

Aos meus pais, Vanda e Valmir, por não medirem esforços para que eu pudesse estar aqui. Sou muito grata por serem tão parceiros mesmo que não saibam demonstrar esse afeto em palavras, transmitem esse amor em gestos, e dedicando-se sempre a melhoria na qualidade de vida dos seus filhos.

Aos meus irmãos, Gabrielle, Galileu e Manuela por acreditarem no meu potencial, mesmo que indiretamente, vocês me mostraram que sou capaz quando sentiram orgulho de terem uma irmã na universidade.

Agradeço aos meus primos, meu afilhado e meus tios, pelo carinho e cuidado de sempre.

Sou grata aos meus amigos de vida acadêmica: Agnaldo, Arthur, Ellen, Ithalo, Laís e Willyane, por me incentivarem a continuar quando pensei em desistir. Especialmente ao meu parceiro Elvis, por acreditar em mim e me incentivar sempre.

Agradeço também às minhas amigas de infância Stéfani e Mariza, por sempre estarem presentes de alguma maneira nessa etapa. Assim como, as minhas amigas de ensino médio Eduarda e Graciele, que mesmo distantes se fazem presentes.

Minha gratidão pelas amizades que fiz no programa de residência universitária, Stephanie e Letícia, vocês fizeram essa trajetória mais leve. Também agradeço aos psicólogos que tornaram essa caminhada mais tranquila, me confortaram quando pensei em desistir de tudo, vocês foram e são essenciais.

Por fim, agradeço a professora Vera Núbia que mesmo diante das dificuldades tornou essa pesquisa possível, a senhora tem muito conhecimento sobre o assunto, meu muito obrigado.

“Uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”

(Mészaros)

## RESUMO

O objeto que move essa investigação científica volta-se para à Assistência Estudantil no seu contexto histórico e os impactos causados pelas propostas neoliberais governamentais na atualidade. Tem como objetivo analisar a assistência estudantil a partir da lógica neoliberal adotada pelos governos brasileiros, tendo em vista a mercadorização da educação superior no Brasil, e como objetivos específicos do estudo empreendido: analisar os impactos causados pelo neoliberalismo sobre a educação; compreender o perfil socioeconômico dos estudantes nas universidades, de acordo com pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE); e refletir diante da problemática de cortes, acrescida da ampliação de vagas, gerando uma incoerência em relação a uma ampliação de vagas para o ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a ausência de investimentos financeiros para garantir uma educação de qualidade e democrática. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória qualitativa, bibliográfica e documental realizada a partir do levantamento em artigos e livros, como também em jornais, documentos oficiais e dados levantados na *internet*. Os dados coletados foram relativos ao período de 2015-2022, dada a intensificação do processo de minimalismo do Estado. Os resultados mostram o processo de expansão das instituições de ensino superior, públicas e privadas, em consonância com a lógica neoliberalista. A assistência estudantil segue o processo de focalização compatível com a lógica neoliberal vigente que secciona as políticas sociais, impondo limites orçamentários para a esfera pública numa aparente mudança. Esta pesquisa também revelou a necessidade de problematizar a ausência de investimentos na educação superior, bem como evidenciou a sua progressiva mercadorização, o que contribui massivamente para a inviabilização do acesso e permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior Públicas, como é a situação da Universidade Federal de Sergipe.



**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência estudantil. Mercadorização do ensino superior. Acesso e permanência no ensino superior. Universidade Federal de Sergipe.

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1 –** Evolução no número de Instituições de Ensino Superior no Brasil (1995-2021) 16
**Quadro 2 –** Número de discentes *versus* Número de assistidos 48

## LISTA DE TABELAS

**Gráfico 1 –** Evolução no número de Instituições de Ensino Superior no Brasil (1995-2021) 16
**Gráfico 2 –** Índice de inscritos no ENEM 29
**Gráfico 3 –** Orçamento do Ministério da Educação (2015-2022) 34
**Gráfico 4 –** Auxílios da Assistência Estudantil UFS (2015-2022) 43

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1 –** Cortes na Educação: a cronologia da precariedade 35
**Figura 2 –** Valores autorizados para Função Educação 36

## LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| **ANDIFES** | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| **BICEN** | Biblioteca Central |
| **BM** | Banco Mundial |
| **CadÚnico** | Cadastro Único |
| **CBDU** | Confederação Brasileira de Desporto Universitário |
| **CNTE** | Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação |
| **CPB** | Comitê Paralímpico Brasileiro |
| **DPU** | Defensoria Pública da União |
| **EAD** | Educação à Distância |
| **EC** | Emenda Constitucional |
| **ENADE** | Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes |
| **ENEM** | Exame Nacional do Ensino Médio |
| **EPIs** | Equipamentos de Proteção Individual |
| **FONAPRACE** | Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis |
| **IFES** | Instituições de Ensino Superior |
| **INEP** | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| **LDB** | Lei de Diretrizes e Bases |
| **MARE** | Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado |
| **MCT** | Ministério da Ciência e Tecnologia |
| **MEC** | Ministério da Educação |
| **MPU** | Ministério Público da União |
| **NRF** | Novo Regime Fiscal |
| **OLB** | Observatório do Legislativo Brasileiro |
| **PDRAE** | Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado |
| **PDDE** | Programa Dinheiro Direto na Escola |
| **PEC** | Proposta de Emenda à Constituição |
| **PIBID** | Bolsa de Programas de Iniciação à Docência |
| **PNAES** | Programa Nacional de Assistência Estudantil |
| **PNE** | Plano Nacional de Educação |

| | |
|---|---|
| **PRODAP** | Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional |
| **PROEST** | Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis |
| **PROGRAD** | Pró-Reitoria de Graduação |
| **PROUNI** | Programa Universidade Para Todos |
| **PRU** | Programa Residência Universitária |
| **REUNI** | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| **RNP** | Rede Nacional de Ensino e Pesquisa |
| **SAES** | Setor de Assistência Estudantil |
| **SINAES** | Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior |
| **SISU** | Sistema de Seleção Unificada |
| **TCC** | Trabalho de Conclusão de Curso |
| **UFS** | Universidade Federal de Sergipe |
| **UFU** | Universidade Federal de Uberlândia |
| **UNE** | União Nacional dos Estudantes |

**SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO** **12**
**2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL** **21**
2.1 Cortes orçamentários na educação superior, na atual conjuntura sociopolítica 26
**3. POLÍTICA DE CORTES E A INVIABILIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE** **38**
3.1 Privatização seletiva: focalização e (re)focalização como estratégia de "mudança" 45
**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS** **50**
**REFERÊNCIAS** **53**

# 1. INTRODUÇÃO

A educação é um dos direitos fundamentais e previstos constitucionalmente. Na Constituição Federal de 1988, nomeada como Constituição Cidadã, está prevista uma concepção de educação gratuita e de qualidade, com pluralismo e gestão democrática, sendo a educação um direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988). Essa concepção é apresentada em lei infraconstitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394, de 1996), bem como outros atos normativos que interferem na Política de Educação no país. Nesse sentido, concebem-se dois níveis de educação: a educação básica e a educação superior, que devem ser consideradas para o acesso a esse direito.

A partir dessa perspectiva que concebe a educação um direito de todos e dever do Estado, a proposta da eminente pesquisa trata sobre o acesso e a permanência à educação superior, com foco na assistência estudantil, e tem como pano de fundo a análise da política sistemática de cortes e os desmontes na educação superior pública no período de 2015 a 2022, que inviabilizaram a permanência de estudantes nas universidades.

O período proposto para a pesquisa não foi por acaso: em 2015 deu-se início as propostas de desmontes na educação pública, quando o Governo de Geraldo Alckmin reorganizou a estrutura de ensino nas escolas do Estado de São Paulo, na qual propunha transformar em ciclos únicos[1] a educação básica, com a justificativa de melhorar a aprendizagem; ainda no mesmo cenário político de desmonte, mas no ano de 2016, tivemos o fracasso político e econômico brasileiro, além do *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, que desencadeou diversas outras problemáticas no país.

Diante do pressuposto de que se tratou de um período de refração na educação, a pesquisa atém-se, como foco, na assistência estudantil e seus impactos na Universidade Federal de Sergipe (UFS), levando em pauta o tema acerca da educação e os desmontes provenientes de propostas presentes no projeto neoliberal, adotadas desde a década de 1990, mas intensificadas nos anos 2010. A escolha do tema foi feita a partir de inquietações sobre a ausência de uma efetiva política de assistência estudantil, como também do acesso a leituras sobre a importância da educação superior, bem como a política de cortes que inviabiliza o

[1] A secretaria anunciou no dia 23 de setembro uma nova organização da rede estadual de ensino paulista. O objetivo era separar as escolas para que cada unidade passasse a oferecer aulas de apenas um dos ciclos da educação (ensino fundamental I, ensino fundamental II ou ensino médio).

acesso e permanência nas instituições de ensino públicas. Acrescida da contrariedade da ampliação de vagas e a estabilidade em relação aos recursos orçamentários.

Não obstante, o objeto que move essa investigação científica, volta-se para à Assistência Estudantil no seu contexto histórico e os impactos causados pelas propostas neoliberais governamentais. Vale ressaltar que a escolha do objeto também foi despertada pelo interesse, a partir da vivência enquanto bolsista assistida pela Universidade Federal de Sergipe, – desde a entrada na instituição -, no anseio pela permanência e garantia de conclusão do curso.

Esta pesquisa objetivou analisar a percepção acerca da proposta neoliberal voltada para a educação no Brasil. Para tanto, constituíram os objetivos específicos do estudo empreendido: analisar os impactos causados pelo neoliberalismo sobre a educação; apresentar o perfil socioeconômico dos estudantes nas universidades, de acordo com pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE); e refletir diante da problemática de cortes, acrescida da ampliação de vagas, gerando uma incoerência em relação a uma ampliação de vagas para o ingresso nas instituições federais de ensino superior (IFES) e a ausência de investimentos financeiros para garantir uma educação de qualidade e democrática.

Desse modo,

> Há, portanto, na dinâmica do funcionamento do Estado capitalista, a existência de contradições, assim configuradas: a máquina estatal serve amplamente aos interesses da classe dominante, mas na sua própria universalização exige que ele dê atenção à sociedade como um todo. Assim, da mesma forma que ele ajuda a explorar os trabalhadores, tem de atender as suas reivindicações. (Pereira, 2011, p. 123)

Nota-se, mediante o exposto, que o Estado faz parte de uma estrutura econômica, o qual é o elemento fundamental e essencial para garantir as relações sociais entre as classes burguesa e proletária, sendo que o Estado é o garantidor dessa relação social capitalista, no qual consiste em classe dominante capitalista e de modo paralelo a classe trabalhadora, subordinada (Corazza, 1987). Desta feita, ao despertar interesse pelo tema aqui proposto é importante trazer alguns acontecimentos que deram embasamento para a construção da política de assistência estudantil no Brasil.

Mediante alguns estudos já realizados, verifica-se que a assistência ao estudante no Brasil tem início na República Velha, sendo intensificada na década de 1930, o que levou à criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), conforme indica Kowalski (2012). A partir

da década de 1960 foram ampliadas as vagas nas universidades, principalmente com a reforma da educação superior. Essa ampliação permitiu que estudantes da rede pública conseguissem acessar o ensino superior, além de conseguir se manter durante o período do curso. As conquistas dessa ampliação de cursos e vagas na educação superior é algo que deve ser considerado no sentido do acesso ao direito à educação pública e gratuita, que se consolida com a Constituição Federal de 1988 e as leis infraconstitucionais dela decorrentes, no caso específico da Educação, tem-se a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Brasil, 1996).

No entanto, o investimento na educação de acordo com a lógica utilizada pelo Banco Mundial (BM) e pelos grandes empresários é que a prioridade seria a educação fundamental, com o discurso de garantir a universalização da educação e reduzir os níveis de analfabetismo (Backx, 2008). Assim, transferir os recursos do ensino superior para a educação básica, ao invés de aumentar o orçamento da educação de um modo integral, definido constitucionalmente, é o caminho utilizado. A partir dos pressupostos neoliberais, aqueles atores (BM e empresariado) suscitam que as universidades cobrem taxas e negociem a educação, a fim de que possam garantir sua sobrevivência enquanto instituição e ainda possam gerar subsídios para o Estado (Backx, 2008).

Consoante à lógica do Banco Mundial, o Estado investe fortemente no setor privado ao conceder subsídios para o crédito educativo, o que reduz as exigências para funcionamento dos cursos e desatrela o ensino superior da pesquisa e extensão, além de contribuir para a privatização desse nível de ensino. Desse modo, o BM e o empresariado sustentam seus argumentos neoliberais a partir de três planos, sendo:

> 1) tornar o ensino superior um bem privado/mercadoria; 2) concentrar os parcos recursos para a educação no implemento da educação básica (para os países periféricos) e de universidades de ensino; 3) tornar as universidades de ensino num negócio da inciativa privada, das quais não seria exigida a associação com pesquisa e extensão, o que baratearia os custos (Sales, 2021, p. 36-37)

O projeto neoliberal no Brasil é instituído na década de 1990, a partir do Governo Collor (1990-1992) e é marcado pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), apresentado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), que foi aprovado pela Câmara da Reforma do Estado e, submetido ao Presidente da República[2], o qual "priorizou o controle da inflação e a manutenção da estabilidade da moeda e encaminhou, como plataforma política, a

[2] A reforma do Estado faz parte do processo de reestruturação capitalista, decorrente da crise do Estado de Bem-Estar Social, emergindo assim o projeto neoliberal.

necessidade de reformar o Estado, prioridades vinculadas ao paradigma teórico neoliberal" (Couto, 2004, p. 148). Nessa perspectiva, a chamada "Reforma" do Estado é elaborada para a resolução de quatro objetivos, a saber:

> [...] (a) um problema econômico-político: a delimitação do tamanho do Estado; (b) outro também econômico-político: a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo: a recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político: o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar. (Braz et al., 2014, p. 02).

Embora registrada como termo "Reforma", aqui utilizamos, de forma crítica o conceito de contrarreforma[3]. A contrarreforma de Estado proposta foi o "colapso" para os setores públicos, tendo em vista que para resolver a macroeconomia atrelou-se a reforma das instituições públicas, ao tempo em que esta última ocorreu para atender a primeira. Desse modo, o Estado reduz os recursos que seriam destinados para essas instituições públicas e ampliam para os setores privados, o que chamamos de minimização do Estado, reduzindo as políticas públicas (Behring, 2003).

No campo da Educação Superior, ampliou-se de forma maciça a oferta de cursos, vagas e, inclusive, instituições privadas com uma significativa redução da oferta em instituições públicas, algo que mesmo com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, não se conseguiu reverter, embora ampliasse o número de cursos e vagas nas universidades federais.

Um dos aspectos que podem ser observados nesse contexto é a ampliação de instituições privadas na oferta da educação superior. Em levantamento junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observam-se os seguintes dados em relação ao número de instituições de ensino superior nos governos de 1995 até 2021[4], tendo em vista, um comparativo quantitativo de instituições públicas e privadas.

[3] O processo de contrarreforma foi marcado pela expropriação dos direitos sociais, a partir da ascensão do neoliberalismo. Ainda, de acordo com Behring (2003), tais reformas caracterizam-se como retrocesso social, indo na contramão das reformas que possuem sentido progressista.

[4] *Os dados referentes ao ano de 2022, ainda não foram divulgados.

**Quadro 1 - Evolução no número de Instituições de Ensino Superior no Brasil (1995-2021)**

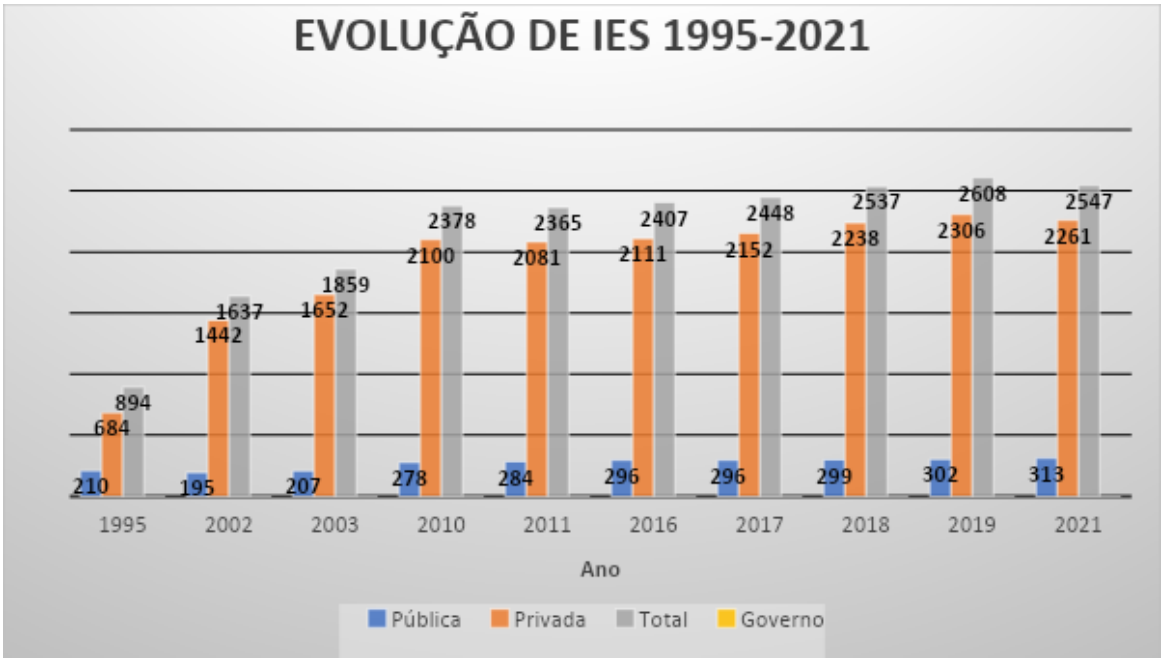
| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1995 | 210 | 684 | 894 | FHC |
| 2002 | 195 | 1442 | 1637 | FHC |
| 2003 | 207 | 1652 | 1859 | LULA |
| 2010 | 278 | 2100 | 2378 | LULA |
| 2011 | 284 | 2081 | 2365 | DILMA |
| 2016 | 296 | 2111 | 2407 | DILMA/TEMER |
| 2018 | 299 | 2238 | 2537 | TEMER |
| 2019 | 302 | 2306 | 2608 | BOLSONARO |
| 2021 | 313 | 2261 | 2547 | BOLSONARO |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos nos relatórios do Censo no site INEP.

Observa-se, nesse sentido, que a ampliação de instituições privadas de educação superior demonstra que a proposta de mercadorização do ensino se consolida a cada governo, ainda que se destaque a ampliação de instituições públicas. No Gráfico 1, a seguir, nota-se a distorção entre o aumento de instituições públicas e de instituições privadas de educação superior, o que pode dar significado ao que defende o projeto neoliberal, de cada vez menor a participação do estado, em contradição ao direito à educação.

Diante os dados apresentados no Quadro 1 e no Gráfico 1 a seguir, podemos perceber que do Governo FHC até o Governo Bolsonaro, houve uma crescente ampliação de IES privadas, estes seguindo a lógica neoliberal adotada pelo BM e pelo Estado. Observa-se, inclusive o ano de 2017, que não teve nenhuma ampliação de IES públicas, mas teve aumento de instituições privadas. Desse modo, é importante considerar o que, Minto (2006, p. 219), afirma: "[...] o processo de reconfiguração do capital se dá através [...] desse processo histórico em que o capital se apropria de forma crescente, [...] da esfera estatal de interesses públicos cujos veículos são as políticas sociais".

**Gráfico 1 - Evolução no número de Instituições de Ensino Superior no Brasil (1995-2021)**




Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos nos relatórios do Censo no site INEP.

Nessa perspectiva da ampliação de instituições de nível superior, se fez necessário a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual foi criado em 19 de julho de 2010, redigido pelo Decreto n°7.234, pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) n° 39, de 12 de dezembro de 2007, destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda. Partindo desse pressuposto, pode-se considerar que o PNAES no Brasil está associado ao que ocorreu a partir da Reforma Francisco Campos, em 1931, com o Decreto n°19.851/1931, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior. Em 1934 esse programa é regulamentado no artigo 157, o qual prevê que "[...] se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica" (Brasil, 1934). Em vista dessa regulamentação, a partir das Constituições de 1946 e 1967, a educação passa a ser um direito, e a Assistência Estudantil obrigatória nos sistemas de ensino. E com a vigência da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/Lei n°4.024 de 1961, a assistência estudantil é concebida como direito de todos os estudantes que estão em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, a criação e regulamentação do apoio estudantil a princípio tiveram como metas a redução das taxas de evasão e a ampliação de vagas na educação superior, minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais, permanência e formação superior. Contudo, percebeu-se que com ações voltadas à ampliação do acesso às

universidades e institutos federais, elevar-se-iam as taxas de diplomação em educação superior promovendo a melhora no desempenho acadêmico e avanços em pesquisas de cunho científico.

Contraditoriamente, a regulamentação que promove a ampliação de vagas, não promove a ampliação dos recursos orçamentários, assim a educação torna-se passiva nas mãos do neoliberalismo, o que caracteriza a sua mercadorização. Portanto, sendo instigada a pesquisar sobre os retrocessos apresentados acima cronologicamente, desvelando as alterações e os seus impactos gerados na sociedade estudantil, partimos de alguns questionamentos, a saber: o que tem significado a ampliação de vagas nas universidades na atualidade? Quais as condições da assistência estudantil para garantir a permanência dos discentes na Universidade Federal de Sergipe? Qual tem sido a contribuição do Estado vislumbrando a ampliação de vagas, mas não de repasse de recursos orçamentários? Quais as implicações de permanência dos discentes nas universidades?

Dentro desse pressuposto, insta salientar que, a pesquisa é de caráter exploratório qualitativo, bibliográfico e documental. Segundo Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento em artigos e livros. Enquanto, o estudo documental é coletado através de materiais impressos ou não, como jornais, documentos legais (Severino, 2007), e os dados levantados na internet. Ainda, para o estudo foram utilizadas fontes disponíveis no repositório institucional da Biblioteca Central (Bicen) da UFS, sendo: 1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), 2 Dissertações de Mestrado, voltados para a relação do Serviço Social na educação, tendo como ponto fulcral a Assistência Estudantil, e Resoluções e Portarias da UFS que tratam de auxílios da Assistência Estudantil.

Para levantamento de dados mais precisos foram utilizadas nas pesquisas palavras-chave relacionadas ao objeto proposto, como: “assistência estudantil”, “política de cortes 2015-2022", “Emenda Constitucional n° 95”, “neoliberalismo e educação”, entre outras voltadas ao tema. Em levantamento no *Google*, foram localizados 4 artigos sobre a temática. Após esse levantamento de trabalhos relacionados à assistência nas universidades, foi possível selecionar aqueles que mais favoreciam para o alcance dos objetivos propostos pelo estudo. Ainda pretende entender o intuito do processo expansivo da educação superior, seguido do estacionário recurso proposto.

Nessa premissa, a pesquisa documental foi realizada a partir do levantamento e análise da Emenda Constitucional n° 95, conhecida popularmente como "PEC[5] do Teto de Gastos Sociais", disponível no site do Planalto[6]. Além disso, mediante dados coletados pelo FONAPRACE no período de 2015 a 2022 foi possível identificar que o perfil dos estudantes que frequentam majoritariamente as universidades na atualidade, é de baixa renda, o que de antemão explica muita coisa, ou seja, esse perfil está atrelado às políticas de inserção e a ampliação de vagas. Paradoxalmente também foi identificado que apesar da ampliação de vagas na educação superior, esta vem sofrendo constantes cortes no seu orçamento, precarizando o setor público para atender ao capital neoliberal vigente. Nessa análise foi possível visualizar os retrocessos ocorridos no período de 2015 até 2022, passando pela transição do governo de Michel Temer até o final do governo Bolsonaro (Andifes, 2016; 2020; 2021).

Nesse sentido, com a coleta de informações e análise de resultados, o Trabalho de Conclusão de Curso foi organizado por subtópicos seguindo a linha dos objetivos. Para a fundamentação desta e avaliação dos dados a abordagem adotada reverbera por entre o método materialismo histórico-dialético, uma vez que este possibilita apreender o fenômeno estudado em uma abordagem ontológica e histórica da realidade, buscando uma aproximação com o objeto em sua essência, ultrapassando sua aparência fenomênica. O método dialético propõe um conhecimento sobre a realidade aproximando-o das determinações do objeto estudado (Rosângela, 2013). Nesse sentido, vai identificar o objeto como um fato histórico e social que determina sua gênese. Após a realização do levantamento e avaliação das informações, seguiremos para a exposição dos resultados da pesquisa, a qual se dará por dois capítulos, conforme apresentamos aqui.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos, além da introdução e das considerações finais, vinculados aos objetivos específicos da pesquisa. Assim, no primeiro capítulo, intitulado **"Breve contextualização da assistência estudantil no Brasil"**, apresentamos um apanhado histórico sobre a origem da assistência estudantil no Brasil, que teve início na década de 1930, na Era Vargas, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de atender as demandas emergenciais de moradia e alimentação dos estudantes. Ao tempo em que analisamos como o neoliberalismo da década de 90 impulsionou o desmonte dessas

[5] Proposta de Emenda à Constituição
[6] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acessado em: 18/05/23

políticas propondo, por exemplo, taxar o acesso às universidades. Pela lógica neoliberal, a sociedade deve ser a única responsável pela manutenção do crescimento da economia sem que o Estado tenha participação, sendo este apenas o regulador do capital.

O segundo capítulo, denominado **"Política de cortes e a inviabilização do acesso e permanência de estudantes na Universidade Federal de Sergipe"** versa sobre a assistência estudantil na universidade de modo a contextualizar como se deu o processo para ser inserida como política na instituição, as demandas que levaram a inserção da política, e os critérios utilizados pela instituição na tentativa de garantir a permanência dos estudantes e a conclusão do curso. Ainda propõe refletir acerca do quanto os cortes orçamentários inviabilizaram o acesso à universidade e a permanência nesta. Por tudo isso, esperamos que o público leitor se sinta à vontade para deleitar-se-á com a leitura compreendendo a análise cronológica de acordo com o espaço-tempo determinado no estudo. E que, por fim, se sinta instigado a investigar mais sobre a política, a qual vem sendo usurpada pelo neoliberalismo.

## 2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A Assistência Estudantil brasileira tem marco histórico inicial no final da República Velha, no governo de Washington Luís, em 1928, quando é fundada a Casa do Estudante Brasileiro em Paris, era uma residência universitária para jovens que saiam do Brasil com o objetivo de estudar na França, mas não tinham condições de permanecer durante todo o período de estudos (Kowalski, 2012). Nesse período, a educação superior era restrita à burguesia, aqueles que tinham posses, e com isso a assistência social surge numa tentativa de assistir as classes operárias/proletárias da sociedade.

Especificamente no Brasil, as primeiras ações de assistência estudantil aconteceram em 1930, no governo de Getúlio Vargas, para atender às demandas de escolarização da classe trabalhadora, a qual precisava se modernizar, visando os mecanismos emergenciais e focalizados na inserção da agenda educacional. Nesse período foi aberta a Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1930, visando atender às demandas mais emergenciais, como moradia e alimentação (Kowalski, 2012). A Casa do Estudante do Brasil era uma espécie de casarão de três andares, com um restaurante popular, e recebia doações do governo federal, durante a Era Vargas.

Em agosto de 1937 é realizado o I Conselho Nacional de Estudantes, com o apoio do Ministério da Educação, com isso, é criada a UNE, para lutar em prol da assistência estudantil no país. A criação da UNE, dentro desse contexto, aponta para uma ligação com a assistência, despertando nos estudantes a necessidade de convocar um II Congresso Nacional, trazendo pontos como problemas das taxas de matrículas, habitação, alimentação, estágios remunerados e assistência médica. Nesse evento, foi aprovada uma reforma educacional com vistas a necessidade de auxiliar os discentes com dificuldades econômicas, vislumbrando, deste modo, a importância da assistência nas universidades brasileiras. Apesar desse destaque em relação a assistência na educação, os assistentes sociais não ocupavam esse espaço, eram encaminhados para diversas outras áreas da política de assistência[7], e a partir dos anos 1960 começaram atuar nas secretarias de educação, um número significativamente pequeno quando comparado a atuação nas políticas de assistência - em programas específicos.

[7]Apesar de não se constituir em um espaço consolidado de trabalho hoje, nos idos dos anos 1960 várias secretarias de educação contavam com esse profissional em grandes cidades atuando em programas específicos; o quadro não foi ampliado, e os profissionais migraram para outras áreas da política social. Mas a presença de assistentes sociais permaneceu constante em universidades que contam com programas de assistência ao estudante (Backx, 2009).

No período da ditadura (1964-1984) o sistema educacional foi alterado, no sentido em que se ampliaram as vagas no ensino superior e estimulou pesquisas no campo da ciência, visando o desenvolvimento educacional. No entanto, isso implica uma contrariedade em relação a esse desenvolvimento, quando se aprofunda a expansão das forças produtivas investindo fortemente na diferenciação da educação para a elite e para o trabalho.

Partindo da premissa, pós-88, nascem duas importantes representações que propuseram conquistas bastante significativas no campo da assistência estudantil, a saber: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). O FONAPRACE visa um projeto de assistência estudantil atrelado a um projeto educacional emancipador (Nascimento, 2014), e a Andifes produz pesquisas e desenvolve tecnologias que sustentam o crescimento do país e auxiliam de forma decisiva a superação das desigualdades regionais.

Após o período de ditadura, o Governo Collor (1990-1992) foi o primeiro a assumir a presidência com votação direta da população. O Governo de Fernando Collor de Mello é marcado por muitos acontecimentos problemáticos, como: o confisco da poupança que visava diminuir a quantidade de dinheiro circulando na economia; o congelamento de preços, numa tentativa de frear a inflação da época; procurou enxugar os gastos públicos reduzindo o número de ministérios- de 23 ministérios tornando-se 12 ministérios-, e o processo de privatização de estatais. Mesmo diante das medidas extremas para recuperar a economia do país, Collor esteve no poder até 29 de setembro de 1992, quando sofreu o processo de *impeachment*, e foi afastado provisoriamente do cargo, logo em 29 de dezembro do mesmo ano seu vice, Itamar Franco assume a presidência (Silva, 2018).

Com o processo de privatizações para enxugar gastos públicos, o neoliberalismo é implantado no Brasil ainda no governo de Fernando Collor de Mello, se consolidando com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência, em 1994, partindo da mesma premissa de reduzir os gastos do Estado e privatizar os setores públicos. Tal lógica neoliberal refere-se a uma doutrina de atuação política poderosa que se julga apolítica, tendo em vista que se trata de uma teoria a qual orienta como o capitalismo deve ser exercido (Pereira, 2011).

O paradigma neoliberal em meio às suas estratégias de manutenção do poder vigente, culpabiliza o usuário, reduz o número desses usuários ao acesso às políticas sociais, sejam elas de educação, saúde, assistência, previdência ou qualquer outra, a blocos fracionados e emergenciais que são atendidos pelo Estado. Essa doutrina neoliberal busca a menor

participação possível do Estado na economia, dando exclusividade aos setores privados. Em vista disso, a lógica neoliberal inverteu a ideia do Estado de bem-estar social, ao passo em que o fornecimento de serviços estabelece o controle social, e o benefício com a sanção (Silva, 2010). Nessa perspectiva, o neoliberalismo põe em xeque o papel da assistência social, uma vez que, nesse modelo, as rentabilidades deverão vir dos consumidores e do Estado, e com a expansão da assistência em paralelo com a mercantilização da seguridade social alcança um patamar ainda maior de exploração.

A corrente neoliberal promove não apenas a privatização da seguridade social, como também os cortes destinados às políticas sociais. Para esta corrente, o mercado deve gerir a vida econômica e social, com vias a rentabilização do capital através da concentração de renda, mesmo que isso gere um agravo nas expressões da "Questão Social". Por tudo isso,

> O capitalismo como forma dominante de realização do capital nos últimos três séculos, alcançou um ponto de desenvolvimento histórico que não mais dá chances a manobras controladoras do metabolismo destrutivo do capital em busca de lucros; não mais se importa em esconder, nesta corrida insana, a sua índole anti-social e desumana perante à previsibilidade de aniquilamento da humanidade, tanto no plano ecológico, econômico quanto militar; e não mais admite em seu seio a existência de políticas sociais públicas, de ethos solidário, visto que as necessidades a serem atendidas são as demandadas pela prédica do bem viver, típica da ética consumista/hedonista. (Meszáros, 2017, p. 42)

A partir disso, surgem as privatizações das políticas sociais que vão contra as conquistas dos movimentos sociais e degradam os sentidos de *welfare* e *wellbeing*[8] consagrados pelas lutas de classes (Pereira, Pereira-Pereira, 2020, p. 42). Com isso, fica evidente o caráter privatista para os setores públicos, adotado por um modelo neoliberal, no qual o Estado visa o crescimento do capital. Assim, como afirma Pereira (2011, p. 129) importa destacar "[...] as duas principais funções por ele assumidas – a *acumulação*, visando crescimento econômico mais generalizado, e a *legitimação*, visando à criação de condições de harmonia social – são mutuamente contraditórias".

Ao tempo em que, os gastos do Estado visam ao crescimento, contudo, as possibilidades para arcar com as políticas públicas tendem a diminuir, uma vez que o superávit econômico é usurpado pela burguesia. Com isso, ocorre um alcance de gastos públicos de maneira mais acelerada que os recursos para subsidiá-las. Sabe-se que:

---

[8] O *welfare* denota o bem-estar provido pelas políticas sociais na medida de suas possibilidades. Sob a ótica do welfare a política social estabelece relações sociais e políticas necessárias ao bem-estar humano (*wellbeing*) e requer sistemas e recursos por meio dos quais o bem-estar possa ser provido (Dean,2006; Gough,2003).

> Muito do que hoje se conhece do *Welfare State* tem a ver com os rumos adotados pelo sistema capitalista, que deixou de ser liberal nos anos 1940, por uma questão de sobrevivência, para ser temporariamente regulado. Por essa perspectiva, o chamado Estado de Bem-Estar oferece sobejas evidências de que não é propriamente um Estado, mas um tipo histórico, de sociedade que engloba diferentes esferas (produção, distribuição e consumo) e diferentes interesses (do mercado, do Estado, dos trabalhadores, dos cidadãos em geral) para lidar com fenômenos modernos fundamentais, como a formação dos Estados nacionais e sua transformação em democracias de massa; e a conversão do capitalismo em modo de produção dominante, a partir da Revolução Industrial. (Pereira, 2011, p. 87)

Nessa perspectiva, o Estado propõe, a saber, que, "o alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica" (Salvador, 2015, p. 2). Desse modo, a proposta fundante é precarizar o ensino público sob a lógica rentista do capitalismo contemporâneo, tendo vista o lucro dos investidores mesmo que isso prejudique a qualidade do ensino. Assim,

> A redução dos custos da atividade social – não pela maior eficiência destas entidades, mas pela verdadeira precarização, focalização e localização destes serviços, pela perda das suas dimensões de universalidade, de não-contratualidade e de direito do cidadão – desonerando o capital. É neste terreno que se inserem as organizações sociais, "o voluntariado", enfim, o terceiro setor, "como fenômeno promovido pelos (e/ou funcional aos planos dos) governos neoliberais, orientados para América Latina através do Consenso de Washington" (Montaño, 2002, p. 47-48).

O crescimento dos grandes conglomerados educacionais no Brasil demonstra que o caráter financista adotado pelo Estado tem se tornado um bom investimento para o capital nacional. Ao tempo em que as empresas educacionais se aproveitam dessa precarização e da falta de investimentos públicos para faturar no mercado convencional e no mercado financeiro. Haja vista que, sem o incentivo financeiro direto e indireto do Estado nessas empresas educacionais, não haveria a precarização contínua na educação pública. Nessa perspectiva,

> O crescimento exponencial das empresas de educação no Brasil contrasta com o sucateamento e a falta de investimento no setor público. A receita fiscal, que representa a apropriação do Estado de parte do mais-valor, é usada em benefício dos capitalistas da educação e do próprio mercado financeiro (Silva; Santos; Neto, 2021, p.215).

Assim, é possível evidenciar o desmonte da educação pública, visando à fragilização no setor público, e o crescimento da acumulação através do financiamento do Estado em relação aos setores privatistas de empresas. E com o avanço da contrarreforma do Estado brasileiro, advindos dos ditames neoliberais, a educação superior é incorporada à categoria de

serviços não privativos do Estado, resultando na expansão da sua mercantilização desenfreada, já iniciada desde a ditadura militar (Sales, 2021). De acordo com Netto (2012, p. 239),

> [...] é claro que o objetivo real do capital monopolista não é a "diminuição" do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, proclamar a necessidade de um "Estado mínimo", o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Destarte, entendemos que o Estado se esquiva de suas responsabilidades em relação às políticas sociais voltadas para os setores públicos transferindo os recursos para o âmbito privado. Desse modo, a atuação do Estado se torna mínima, no sentido da regulação, resultando numa complementaridade entre público e privado, o que caracteriza o projeto neoliberal. Assim, é evidente que

> [...] esse processo de desresponsabilização do Estado não se dá de forma visível e sim, recoberta pelo discurso da formação *"parcerias"*, da responsabilidade social, do voluntariado ("Dia V", "Amigos da Escola", por ex.), que se associam convenientemente ao conceito liberal de "cidadania", como se este estivesse atrelado à disposição e vocação pessoal para o exercício da solidariedade, representada por aqueles sujeitos que tomam para si responsabilidades que deveriam ser assumidas no âmbito do Estado (Alves, 2009, p.59-60).

Na lógica neoliberal, o movimento contra reformista também visa à mercantilização e privatização dos serviços públicos, inclusive da educação superior pública, diante da justificativa de insuficiência do Estado em ofertar um ensino de qualidade. Essa deficiência do aparelho estatal apontada, nada mais é que o resultado da "privatização dos direitos sociais" [9] desencadeado por um Estado que negligencia os direitos constitucionais dos cidadãos, visando a mercadorização crescente dos setores públicos tornando-se financiadores da manutenção dos setores privados. Destarte,

> Em se tratando da política social, como de resto de toda e qualquer política, a história tem mostrado que, em qualquer tempo e contexto sócio-cultural, a política social tem procurado satisfazer necessidades sociais, mas sem deixar de atender "objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio" (Casado, 1998:4) das elites no poder. (Pereira, 2011, p. 27)

Tal característica da política social é resultado dos modos de produção divididos de acordo com as classes – seja proletária ou capitalista - tornando-o um fato contraditoriamente

[9] A principal consequência da privatização, na realidade, é a introdução de uma dualidade discriminatória: serviços melhores para quem pode pagar (privados), e de pior qualidade ou nulos para quem demanda o acesso gratuito. (Soares, 2001, p.346)

positivo e negativo. Dada a contrariedade resultante, o que ocorre é uma questão de correlação de forças entre quem tem mais poder e influência, sendo assim beneficiado, e quem está na base da pirâmide e não alcançará os benefícios de maneira igualitária e equitativa.

Seguindo essa premissa da perspectiva de mercadorização de setores públicos, a Emenda Constitucional (EC) 95/2016 representa esse caráter neoliberal visando os cortes nas políticas sociais, o que afeta diretamente no acesso aos direitos sociais. Nesse sentido, a EC 95 surge a partir da justificativa de impedir o crescimento de gastos no futuro, tendo em vista a recuperação da dívida pública de modo que possa controlá-la, a partir do corte no orçamento das estatais. Com isso, "[…] o *Welfare State* como um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, o faz preservando a integridade do modo de produção capitalista" (Pereira, 2011, p. 87).

Diante disso, a lógica neoliberal e o *welfare state* apresentam características semelhantes entre si, a partir das normas capitalistas, tendo em vista atender algumas necessidades da sociedade com limites estabelecidos pelo Estado neoliberal, e sempre visando à acumulação do capital nas mãos daqueles que detém do poder e do capital. Nesse sentido, o fato de usurpar os direitos sociais das minorias faz parte do projeto neoliberalista egocêntrico. E a partir desse cenário neoliberalista, a educação superior torna-se um negócio cada vez mais lucrativo para o capital financeiro tendo em vista a crescente expansão do nível de ensino, na perspectiva privada.

Assim, se faz necessário observar como se dá esse processo de mercadorização do ensino superior, tendo em vista os métodos adotados pelo Estado brasileiro a partir da perspectiva neoliberal, articulada ao empresariado.

### 2.1 Cortes orçamentários na educação superior, na atual conjuntura sociopolítica

A educação superior é marcada por diversos processos sócio históricos de países centrais resultantes de valores e culturas diversas. No Brasil, surge com a chegada da Família Real, a partir da criação de instituições de ensino tendo por base a Europa, assim evidencia-se que a educação superior surge voltada para atender uma determinada classe, a burguesa (Sales, 2021). Com o processo de industrialização e urbanização, surgem as primeiras instituições públicas de ensino superior no país, tendo em vista a qualificação da classe

trabalhadora, bem como atender as demandas do processo de modernização que se instalara naquela época (Sales, 2021).

Nos anos 1950 e 1960, ocorreu a expansão das instituições universitárias, resultante do projeto desenvolvimentista e militar brasileiro. Nesse cenário, em 1962 surge a Universidade de Brasília (UnB), que partia do pressuposto de um ensino superior moderno e flexível e buscava atender aos interesses dos estudantes, uma educação de qualidade e igualitária que atendesse todas as classes (Sales, 2021). No início do regime militar, em 1964, foram firmados acordos[10] entre o Brasil e os Estados Unidos, visando convênios e apoio financeiro para a educação brasileira.

No século XX, o empresariado busca reformar a educação superior com medidas supostamente modernizadoras, fazendo desta uma exploração lucrativa, bem como subordina essa mesma educação conforme a dinamicidade social, mantendo sempre o lucro do capital (Sales, 2021). Nesse contexto, o BM alega que a educação superior tem menor retorno individual e social, quando comparado com a educação básica, com isso deveria ser responsabilidade dos estudantes e familiares garantirem o seu custeio (Sales, 2021).

No sentido que a educação é um direito previsto no Art. 205 da Constituição Federal, 1988, o qual prevê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Partindo do pressuposto de que a educação é um direito constitucional não assegurado, em 1998 foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), inicialmente tendo em vista a avaliação do mesmo. Nessa perspectiva, dados qualitativos relacionados ao Exame Nacional do Ensino Médio evidenciam que a queda no número de inscritos também está atrelada aos desmontes sofridos na educação, os quais interferem diretamente nesta tendência.

A reforma na educação superior foi realizada de acordo com os ideais multilaterais, através de ações e políticas do governo, sendo:

> O Financiamento Estudantil (FIES); o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que abrange o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); Programa Universidade Para Todos (ProUni); a expansão da educação à distância (EaD) para formação aligeirada; o Programa de Apoio a Planos de

[10] Acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana (Menezes, 2001).

> Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); [...], (Sales, 2021, p. 39)

Tal reformulação na ordem deste nível de ensino leva a considerar que há uma reorganização visando a acumulação capitalista (Ribeiro, 2009). Mesmo diante de alternativas voltadas para atender teoricamente as demandas de uma educação como direito de todos, é nítida a sua mercantilização. Um dos aspectos que mais se destaca na atualidade é o processo de entrada na educação superior, por meio do Enem.

Nesse sentido, cabe destacar que o Enem é uma prova destinada aos estudantes que já terminaram o ensino médio. Com as notas do exame, os alunos podem ingressar no ensino superior por meio de programas do Ministério da Educação (MEC), sendo eles: Sistema de Seleção Unificada (SiSU)[11], Programa Universidade Para Todos (ProUni)[12] e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)[13]. Além disso, também pode ser usado para a participação em vestibulares de instituições privadas e em universidades de Portugal.

Em 2005, é criado o Prouni[14], o que favoreceu um crescimento considerável no número de inscritos para o Enem. Em vistas disso, houve outras mudanças, como a reformulação desse exame em 2009[15], o que trouxe maior ampliação no número de inscritos. Essa ampliação refere-se também à possibilidade que concluintes do ensino médio dos anos anteriores pudessem fazer a prova. Apesar da ampliação no número de inscritos para a prova desde a reformulação, quando comparamos desde essa reformulação até o último ano de mandato do governo Bolsonaro, é notório que o ano de 2022 foi apontado como o ano com menor índice de inscritos desde então, segue os dados apontados de acordo com a manchete do jornal online *Enem 2022: número de inscritos só é maior que edição passada*[16]:

---

[11] Oferece vagas em instituições de ensino públicas, como universidades federais, universidades estaduais e institutos federais situados em todo o Brasil. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao/o-que-e-enem.htm

[12] Disponibiliza bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino particulares de todo o Brasil. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao/o-que-e-enem.htm

[13] Conta com financiamentos em universidades privadas brasileiras. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao/o-que-e-enem.htm

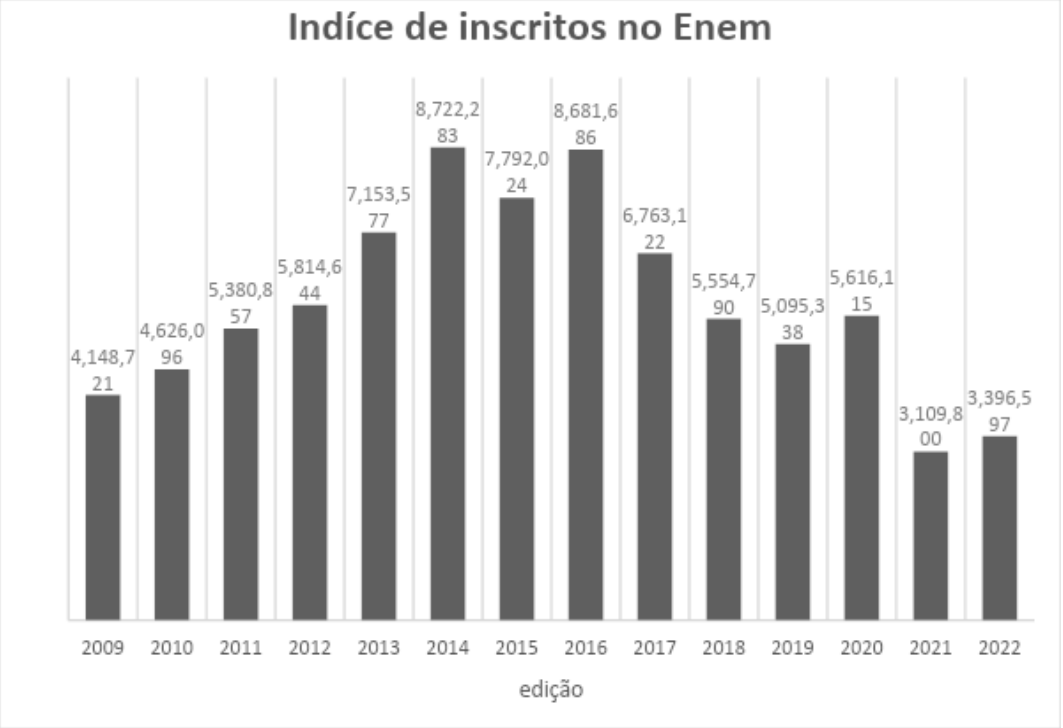
[14] Programa criado para concessão de bolsas de estudos, parciais e integrais em instituições privadas com a nota do ENEM.

[15] O ENEM passa a ser o principal instrumento de entrada para a as instituições federais, as mudanças na estrutura da prova em relação a quantidade de questões, passando de 63 para 180 questões e a redação, além disso, foi estabelecido dois dias para a aplicação da prova (sábado e domingo), como também divisão da prova em quatro áreas (Ciências humanas, Ciências da natureza, Linguagens e Códigos, e Matemática).

[16] Disponível em: https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/enem/enem-2022-numero-de-inscritos-so-e-maior-que-edicao-passada/352717.html#:~:text=Quase%203%2C4%20milh%C3%B5es%20de,mais%20que%20no%20Enem%202021.

O Gráfico 2, a seguir, elaborado a partir de dados extraídos de notícia publicada em um site de notícias, apresenta o índice de pessoas inscritas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no período de 2009 a 2022, demonstra o que se afirma. Diante dos dados expostos nesse gráfico também é possível perceber que no ano de 2015 houve uma queda quando comparado com o ano anterior, e em 2016 houve um breve crescimento, contudo nos anos posteriores ocorreram retrocessos conseguintes quando comparados com o ano da reformulação.

**Gráfico 2 – Índice de inscritos no ENEM**




Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos no Site UOL

Após a expansão de financiamentos entre 2010 e 2014, o governo Dilma Rousseff (2011-2016) alterou as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) nos últimos dias de 2014, restringindo o acesso ao programa e adiou o pagamento a empresas educacionais, esses cortes foram justificados pelo Ministério da Educação (MEC) pelo fato do aumento de novas matrículas. A partir disso, diversos outros cortes surgem no mesmo ano, como a escassez nos recursos destinados ao Programa Mais Educação, voltado para escolas de tempo

integral, e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)[17], a Bolsa de Programas de Iniciação à Docência (PIBID) também sofreu com a precarização dos recursos, o que provocou reflexos nas universidades como problemas de caixa, os quais desencadearam dificuldades para desenvolver pesquisas/ produzir ciência, vagas voltadas para jovens e adultos em situação vulnerabilidade socioeconômica. Partindo da premissa de inviabilização da produção de ciência e ampliação de vagas e recursos que possam garantir a formação de profissionais gera-se consequências voltadas também para o mercado que se torna ainda mais exigente em relação a profissionais qualificados, tendo em vista a manutenção de um exército reserva, além da perda científica - como prova disso, podemos citar a pandemia, a qual deixou inúmeras mortes, mas graças a ciência nas universidades foi capaz de produzir insumos e vacinas para superarmos tudo isso.

De acordo com a manchete "*Educação perde R$ 10,5 bi em 2015"* do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 2015, mesmo diante das restrições orçamentárias impostas pela necessidade de ajuste fiscal, o MEC defendeu que diante disso, os programas e ações estruturantes da educação foram preservados, mantendo o projeto educacional e compromisso com a ampliação do acesso e da permanência, e com a qualidade do ensino[18]. No entanto, como já foi sinalizado anteriormente, ampliar vagas não é sinônimo de garantia de permanência, uma vez que, nas universidades o contingente de discentes é em sua maioria baixa renda[19] e com isso não têm condições de se manter na instituição mesmo sendo um ensino público.

Outro aspecto relevante a ser considerado no Governo Dilma foi a implementação da Lei n° 13.0005/2014, a qual sancionou o novo Plano Nacional de Educação[20] (PNE), referente ao período 2014-2024. O Plano determina 20 metas para serem atingidas pela educação brasileira no período estabelecido, e determina também os métodos que devem ser utilizados

---

[17] Está disposto na lei n° 11.947 de 16 de julho de 2009, foi criado em 1995, e ficou conhecido também como PDDE Básico, o qual dispõe sobre as orientações de apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento para sua execução. O programa é de caráter suplementar, no qual seus recursos financeiros são destinados anualmente para as escolas, visando o provimento de necessidades prioritárias, a promoção de melhorias nas infraestruturas e como incentivo de gestão.

[18] Cf. a reportagem "Educação perde R$ 10,5 bi em 2015", publicada pelo *site* UOL, em 02/01/2016. Disponível em:
https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/02/educacao-perde-r-105-bi-em-2015.htm. Acesso em 20 jul. 2023.

[19] De acordo com dados apontados na *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais.* (ANDIFES, 2019)

[20] O PNE, disposto sob a Lei 13.005/2014, é a principal política educacional vigente hoje, sendo composta por 20 metas e centenas de estratégias, da educação infantil até o ensino superior, passando pelo combate ao analfabetismo; pela universalização do atendimento escolar; pela superação das desigualdades educacionais; pela formação, condições de trabalho e valorização dos profissionais da educação;

para o alcance dessas metas – o que evidencia a determinação neoliberal de mercantilização da educação, a privatização desta.

O PNE foi elaborado por professores, estudantes, pesquisadores, ativistas, gestores, conselheiros e outros especialistas em educação, visando melhorar a qualidade do ensino público brasileiro, e desse modo tornar-se um dos países mais desenvolvidos no quesito educação no mundo. No entanto, para ampliar e avançar na educação é necessário investir progressivamente numa educação pública de qualidade e democrática, em que possa prevalecer a equidade do direito ao acesso e permanência nas instituições de ensino superior. Com isso:

> A viabilização do acesso fica condicionada à cota estabelecida pela dotação orçamentária, o que restringe até mesmo a focalização do atendimento, impossibilitando a inclusão da totalidade de demanda que atende os critérios de elegibilidade fixados (Alves, 2009, p.115)

Neste plano de metas, o PNE destaca três metas que devem ser alcançadas pelo ensino superior, sendo elas 12, 13 e 14. Na meta 12, é proposta a elevação da taxa bruta de matrícula de 50% para educação superior, e 33% da taxa líquida para a população entre 18 e 24 anos. E como métodos foi proposto o aperfeiçoamento da capacidade da infraestrutura das instituições de ensino, ampliação de vagas e intensificação de rede de ensino superior federal, além da ampliação do ProUni e do FIES (Brasil, 2014); a meta 13, objetiva promover a qualidade do ensino superior e a ampliação da dimensão de mestres e doutores efetivos no corpo docente das instituições, em 75%, sendo 35% para doutores. As estratégias para atingir a meta, seria reforçar os critérios de avaliação, regulação e supervisão do ensino, a partir do aprimoramento do Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - e expansão da cobertura do Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Brasil, 2014); e na meta 14, está previsto a ampliação gradual do número de matrículas na pós-graduação, visando atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Com isso, traz como possíveis estratégias a ampliação do FIES para os cursos de pós-graduação, além do incentivo financeiro nas empresas de base tecnológica (Brasil, 2014).

Com o início dos cortes de recursos na educação em 2015, no ano seguinte, não seria diferente diante do golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, colocando

como presidente interino, Michel Temer (2016-2018), o mesmo implementou a Emenda Constitucional 95/2016[21], conhecida como Teto de Gastos Sociais, a qual prevê:

> A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, estabeleceu o Novo Regime Fiscal - NRF no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, o qual vigorará por vinte exercícios financeiros. O NRF fixa limites individualizados para o Poder Executivo, para os órgãos dos Demais Poderes, Ministério Público da União – MPU e Defensoria Pública da União –DPU, para as despesas primárias dos órgãos integrantes daqueles orçamentos e estabelece, nos termos do § 1º do art. 107, o método para sua apuração (Tesouro Nacional Transparente, publicado em 15/06/2022).

Além de consequências como a inviabilização da implementação do PNE, houve também o subfinanciamento da educação superior, o corte de bolsas, e o esvaziamento dos investimentos em pesquisa, o que impacta diretamente o desenvolvimento destas.

Partindo do pressuposto que todos têm direito à educação, e em contraposição à gratuidade da educação superior, inicia-se no legislativo federal a apresentação de projetos de lei para privatizar a educação superior pública. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/19, prevê a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais, segundo o deputado General Pertenelli (PSL/SP), autor da PEC, a gratuidade nas universidades gera distorções na sociedade, e privilegia alunos que não se encaixam na situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em contrapartida à justificativa utilizada para a proposta do deputado, a gratuidade nas instituições não promove a desigualdade, mas sim a ampliação do acesso à educação e a garantia de permanência. É através dessa gratuidade que foi possível ampliar o número de jovens de baixa renda no ensino superior, (Gutierrez, 2022). Além de gerar mais conhecimento e desenvolvimento científico. A PEC 206/19, impacta diretamente as verbas direcionadas à assistência estudantil, comprometendo a permanência acadêmica dos estudantes, uma vez que, não têm condições de manter os gastos gerados, e ainda vai comprometer o ingresso desses estudantes nas instituições.

No Governo Bolsonaro (2019-2022), os desmontes e cortes seguiram-se com mais força em relação às políticas sociais, principalmente no âmbito da educação superior[22]. De

[21] Com a EC 95, esse investimento será limitado por duas décadas mesmo que o país volte a crescer. A EC para a Educação, será considerada a inflação de 2017, que deve ficar em torno dos 3%, segundo o boletim Focus do Banco Central, criando um teto bem mais baixo para os gastos públicos em relação a 2016, quando a inflação foi de 6,29%. - Centro de Referências em Educação Integral, publicado em 29/11/2017.

[22] De acordo com o jornal Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), publicado em 01/11/2022. Disponível em:

acordo com dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), o Governo Bolsonaro apresentou diversos desmontes em vários setores públicos dentre eles na educação, como: o corte nos recursos destinados às universidades federais, a queda no número de inscritos para o ENEM, corrupção no Ministério da Educação (MEC), guerra ideológica nas escolas, abandono da educação do campo, falta de internet nas escolas e o orçamento secreto. A partir dessas medidas de cortes orçamentários também houve sérios impactos no Programa Nacional de Assistência Estudantil, firmando o desmonte das políticas públicas e a destruição no sistema educacional brasileiro. No final de maio de 2021, o governo federal anunciou o bloqueio de verbas do Ministério da Educação (MEC), para 2022.

De acordo com os dados levantados pelo Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB)[23], o Governo Bolsonaro foi o que mais fez cortes nos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT). Nos últimos quatro anos desse governo houve cortes correspondentes a 20% no MEC e 44% no MCT. Em governos anteriores, como o segundo Governo de Dilma Rousseff, os cortes chegaram a 15% no MEC; e na gestão de Michel Temer, os cortes no MCT corresponderam a 29%. Mesmo diante de mandatos antecedentes a Bolsonaro terem tido cortes significativos em suas gestões, este ultrapassou todos os recordes já vistos.

Todo esse processo de sucateamento da educação superior faz parte de um projeto do Brasil, o qual visa a manter as desigualdades sociais existentes, com a histórica concepção de manter a educação apenas para a elite. Além disso, coloca em ameaça o tripé ensino, pesquisa e extensão, o qual garante pesquisas, conhecimento e tecnologia de qualidade para a sociedade. Para trazer maior embasamento ao exposto trazemos alguns dados que evidenciam o orçamento no Ministério da Educação em gráfico[24], de 2015 até 2022.

O Gráfico 3, a seguir, é, em parte, a comprovação não somente do enorme desafio que é defender a educação pública como um elemento primordial para combater as desigualdades sociais que fundamentam um sistema social e econômico que baliza o país, como também deve estimular a necessária reflexão sobre como o projeto neoliberal está incorporado na proposta de gestão. A minimização do Estado, tornada efetiva desde os governos da chamada

---

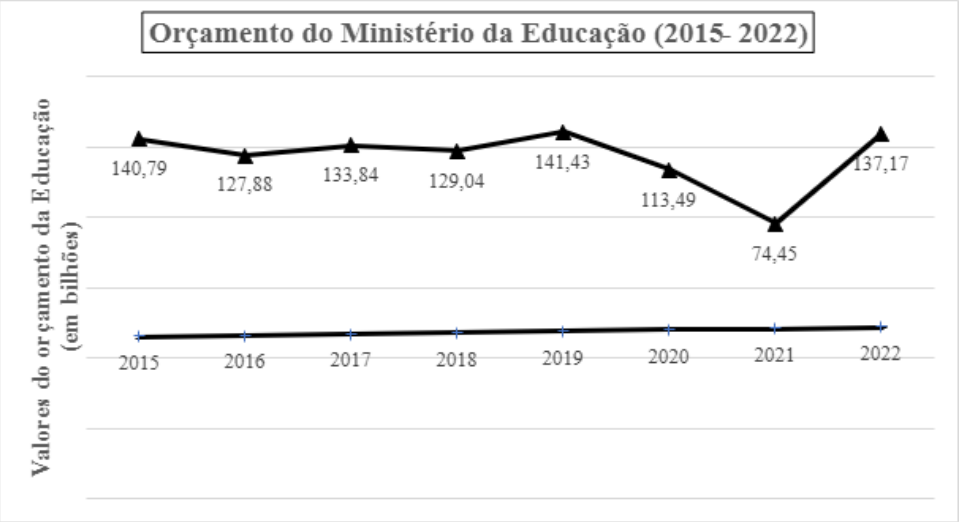
https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75466-conheca-os-7-desastres-do-governo-bolsonaro-na-educacao-publica-no-brasil#:~:text=Troca%20de%20cinco%20ministros%20da,piores%20%C3%ADndices%20dos%20%C3%BAltimos%20anos. Acesso em 28/07/2023.

[23] Núcleo de pesquisa ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

[24]Disponível em: https://olb.org.br/os-cortes-na-educacao-no-atual-governo/ Acessado em 30/09/2023.

Nova República[25], intensifica-se nos últimos governos, ainda que alguns tenham matizes de governos populares.

**Gráfico 3: Orçamento do Ministério da Educação (2015-2022)**




Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Observatório do Legislativo Brasileiro (2022)

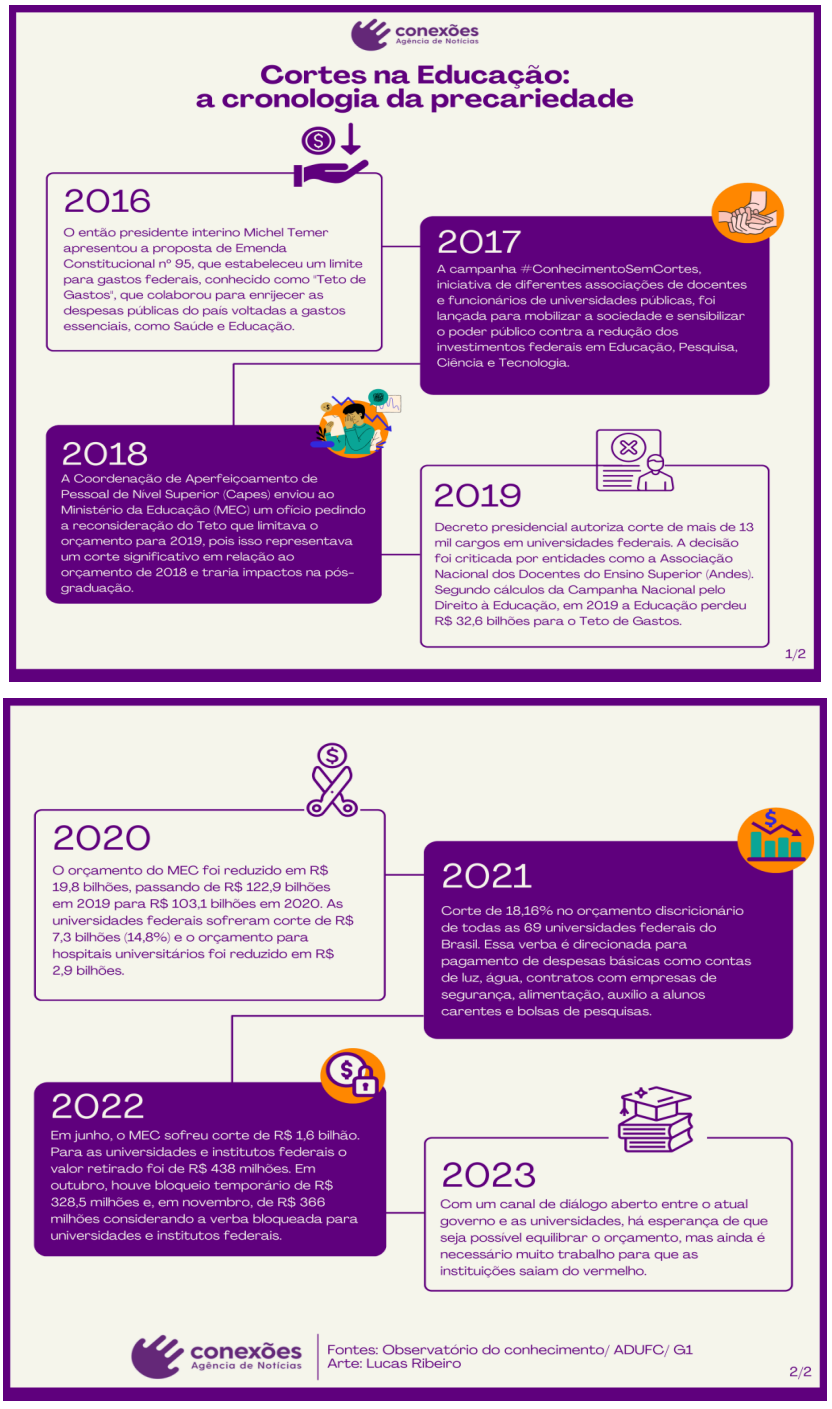
A partir do gráfico 3 podemos entender que os cortes na educação pública não se tratam de algo recente, é resultado de um projeto neoliberal adotado pelo sistema político brasileiro, o qual visa o sub-financiamento dos setores estatais. Ressalta-se, contudo, que a instituição da Emenda Constitucional 95, no ano de 2016, tornou essa situação quase uma inviabilização do acesso à educação, em todos os níveis.

Para ilustrar melhor a problemática dos cortes na educação nesse período (2015-2022) diante as transições dos governos, a Figura 1, a seguir ilustra uma cronologia desse processo de cortes e traz como ponto de partida o ano de 2016. Elaborada por estudantes de graduação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em fevereiro de 2023, essa cronologia apresenta de forma didática como se deu esse processo de cortes e contingenciamentos. Trata-se de um elemento de análise que deve ser ponto de reflexão quando se busca compreender o alcance do projeto neoliberal nas políticas sociais brasileiras.

[25] "O quinto período da República no Brasil é conhecido como Nova República, e teve início em 1985, quando o vice-presidente eleito José Sarney assumiu a presidência do Brasil, após a morte da cabeça de chapa, Tancredo Neves. A nova República estabeleceu as eleições diretas em todos os níveis e tornou a legalizar os partidos políticos. Houve também o fim da censura e garantiu-se o direito de greve, e de liberdade sindical, além dos direitos trabalhistas, que foram aumentados." Disponível e9m https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/09/25/periodo-conhecido-como-nova-republica-comeca-com-o-fim-da-ditadura-militar-no-brasil

Ressalte-se que a escolha em apresentar um produto elaborado por estudantes de graduação de uma universidade pública não é sem direção: é necessário apontar que com acesso e possibilidade de permanência é possível construir ferramentas nas quais a defesa da educação superior pública mostra-se imperativa.

**Figura 1 - Cortes na Educação: a cronologia da precariedade**

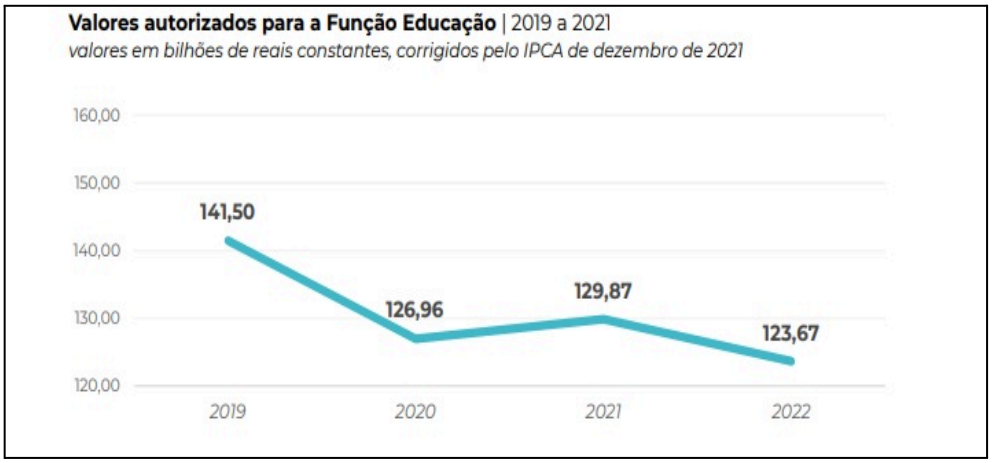



Fonte: COMUNICA.ufu.br / Portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia

As imagens ilustrativas acima trazem um comparativo dos anos de 2016 até 2023, mas iremos nos debruçar até o ano de 2022, tendo em vista o apanhado documental realizado. Nesse sentido, o desmonte já vem ocorrendo um pouco antes em 2015 quando começam as restrições orçamentárias devido o ajuste fiscal, no entanto em 2016 é o ano que de fato ocorrem cortes contínuos ano após ano.

Nessa perspectiva de cortes e desmontes dos setores públicos, o Governo Bolsonaro trouxe diversos prejuízos para a educação em números alarmantes como podemos ver no gráfico abaixo:

**Figura 2 - Valores autorizados para Função Educação**




Fonte: Siga Brasil, 2022.

A partir desses dados foi possível identificar que os números que foram autorizados para arcar com os gastos com a educação decresceram a cada ano. A queda dos recursos para a educação superior é uma constante, na qual a perda orçamentária chega a atingir mais de R$ 17 bilhões em apenas quatro anos de mandato. Isso é fruto de um projeto neoliberal autoritário que visa transgredir todas as conquistas cidadãs no Brasil e fomentar o crescimento do capital nas mãos da elite.

Mesmo diante de um governo fascista, militarista e com perspectivas ultra neoliberais[26], o Governo de Bolsonaro teve um impacto, o qual corroborou para que este fosse ainda mais difícil, a Pandemia da Covid-19 que ceifou vidas mundialmente. O *Coronavírus Diasease* 2019 (COVID-19) teve seu primeiro caso registrado na China em dezembro de 2019, e no Brasil em fevereiro de 2020. Para além dos contingenciamentos nos setores

[26] O Ultra neoliberalismo refere-se às transformações relacionadas ao neoliberalismo com maior intensidade, tendo em vista a razão burguesa, de expropriação e exploração da classe trabalhadora (Medeiros, 2022).

públicos causados por este Governo é inegável que foi um período muito difícil, o qual evidenciou o real despreparo enquanto Estado para lhe dar com doenças tão devastadoras como a COVID-19 (Silva, 2020).

Com a pandemia a negligência do Estado neoliberal teve ainda mais destaque, ao tempo em que visou diante das circunstâncias preservar a lógica do capital, o lucro. Tendo em vista também o ataque direto ao financiamento das políticas públicas. Nesse contexto pandêmico, a educação é atacada na formação humana das classes trabalhadoras tornando-a ainda mais atrasada, no sentido em que essa formação passa a ser acrítica para atender apenas às demandas do capital vigente (Silva, 2020).

Diante disso, torna-se importante destacar que mesmo com a pandemia ou a ausência desta, desde muito tempo há uma perspectiva de extinção da "coisa" pública (nesse caso da educação), bem como a sua privatização. Para, além disso, o projeto neoliberal propõe o sucateamento das universidades públicas e a ampliação das instituições privadas. No contexto neoliberal dos governos apresentados nesta pesquisa, quando comparamos é imprescindível perceber que até mesmo nos governos teoricamente progressistas de Lula e Dilma, há uma crescente expansão das IES privadas, como também das IES públicas, todavia de modo precarizado evidenciando o projeto neoliberal para a educação.

## 3. POLÍTICA DE CORTES E A INVIABILIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A Assistência Social no Brasil procede de várias reflexões, embates e práticas executadas no decorrer da história. Sua estrutura está ligada às diversas transformações sociopolíticas e os impactos na educação superior. Com a promulgação da Constituição de 1988, possibilitou o aprofundamento da democratização do acesso e permanência nas universidades, configurando garantias dos direitos sociais e o processo de redemocratização da educação. A partir dessa tentativa de regulamentação da Assistência Estudantil no Brasil, esta política é posta diante da disputa de dois grupos com perspectivas adversas entre si, no que diz respeito ao modelo de universidade a ser implantado, tendo em vista que "o papel do governo federal como normalizador do ensino superior e atuação da Igreja Católica como formadora do caráter humanista da elite brasileira" (Soares, 2002, p. 34).

Mesmo diante de iniciativas pontuais, fragmentadas e com recursos escassos, a assistência estudantil se torna mais complexa ao estudante, ao passo em que a educação superior é marcada pela elitização deste nível. Mediante isso, apenas nos anos 2000, a assistência ganha legitimidade na agenda do Governo (Nierotka, Trevisol, 2019).

Partindo dessa premissa, em 1972[27] após quatro anos de fundação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), realizou-se uma seleção para a oferta de bolsas, tendo em vista, possibilitar uma renda para custear algumas despesas. A assistência estudantil na UFS surge diante de um contexto de lutas intensas do movimento estudantil, o qual defendia o fim do cerceamento político, sendo assim o reflexo de um momento econômico, político, cultural e social, o que afeta diretamente a dinamicidade da instituição (Melo, 2013).

A partir da seleção da oferta de bolsas a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), lançou um edital que disponha das seguintes bolsas: *bolsa trabalho* refere-se a uma retribuição pecuniária pelo desenvolvimento de atividades na UFS a fim de proporcionar aprendizado e aperfeiçoamento técnico-profissional a estudantes regularmente matriculados na referida instituição, de renda familiar comprovadamente baixa (Portal UFS, 2005); *bolsa esporte*- refere-se a um auxílio voltado para o estudante que for praticante de modalidade esportiva promovida pela Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) ou do Comitê

[27] Durante a análise dos documentos verificou-se que alguns relatórios apresentavam dados quantitativos divergentes uns dos outros, mesmo que as informações se referissem ao mesmo período. Assim, algumas informações não puderam ser melhor avaliadas, considerando tais dificuldades na obtenção dos dados para esta pesquisa.

Paralímpico Brasileiro (CPB), (Portal UFS, 2023); e *bolsa arte*[28]- esta é destinada para a participação em grupos musicais, teatrais, dança, cinema e audiovisuais, tendo sua habilidade comprovada por certificados, fotos, reportagens ou folder que ateste a participação em eventos artísticos culturais (Portal UFS, 2023); as quais têm por base uma proposta do MEC. Alguns anos depois, em 1976, nasce a residência universitária, a qual buscava assistir aos discentes de Sergipe e de outros estados, que não tinham condições financeiras para arcar com os custos oriundos do cotidiano universitário. A partir disso, outras políticas de ações afirmativas surgem, como almoço e jantar, com preços subsidiados, numa proposta de atender os estudantes. Apesar de a universidade ofertar o almoço e o jantar, não havia recursos destinados para esta função, os subsídios originaram-se "das inscrições do vestibular, taxas de matrículas - que eram pagas até 2003 - e dos recursos pagos para alimentação pela comunidade acadêmica não isenta" (Portal UFS, publicado em 13 de março de 2023).

De acordo com Alves, 2009, a assistência social, na sua gênese, é resultado do combate às desigualdades sociais, a partir da compreensão da realidade e do processo capitalista da sociedade e de suas expressões. Seguindo esse viés, a UFS busca atender às diversas demandas dos discentes através de programas voltados para a assistência estudantil, os quais podem proporcionar a permanência dos estudantes na universidade, por meio de auxílios e bolsas. O setor responsável pela coordenação do processo seletivo, pelo acolhimento do estudante e monitoramento das bolsas e auxílios nos campis, é o Setor de Assistência Estudantil – SAES. Esse órgão realiza a análise socioeconômica dos discentes, acompanhamento pedagógico e psicossocial, orienta a comunidade universitária sobre a assistência estudantil, realiza visitas domiciliares nos núcleos residenciais daqueles estudantes que estão incluídos no Programa Residência Universitária - PRU-, e promove eventos voltados para o desenvolvimento social, cultural e profissional do discente, visando a minimização das expressões da questão social, e garantir a permanência na universidade.

Nessa perspectiva, a UFS assim como as demais IES, utiliza de instrumentos para coletar as informações necessárias para a seleção dos (as) alunos (as) que serão inseridos (as) nos programas da instituição, através de resoluções em que preveem questionários socioeconômicos, comprovação de renda e declaração de vulnerabilidade socioeconômica (preenchida no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)). Como enfrentamento à redução das taxas de retenção e evasão no ensino superior, a universidade

[28] Atualmente este auxílio recebe o nome de Bolsa Cultura.

> Desenvolve programas e serviços na área de assistência estudantil voltados, prioritariamente, para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os/as quais são admitidos/as, mediante processo seletivo, analisado pela equipe técnica nos editais específicos (Plinio, 2021, p. 102).

Diante disso, a UFS normatizou a Resolução n° 08/2016/CONSU, que altera as normas referente a Auxílio à Assistência Estudantil desta, com destaque ao Art. 3º: Os auxílios consistem em conceder recurso financeiro, por meio de depósitos bancários mensais, aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação modalidade presencial e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme legislação vigente, que dispõe o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Plano de Ação da Política de Ações Estudantis Quadriênio 2021-2025, 2021).

Seguindo essa perspectiva, é importante ressaltar que

> De acordo com a Resolução Nº 08/2016/CONSU, a qual trata dos auxílios da assistência estudantil da UFS, estes podem ser cumulativos, desde que não ultrapassem o valor de um salário-mínimo (nos campi que possuem Resun) e um salário-mínimo e meio (nos campi que não possuem Resun) (Plinio, 2021, p.149).

Consoante com essas resoluções, os assistentes sociais fazem uso de alguns instrumentos como a aplicação de questionários socioeconômicos, no qual contém a renda per capita da família juntamente a composição familiar, a localidade em que reside, e se possui vínculo empregatício. Mesmo diante desses critérios, há um limite de vagas para esses auxílios, e a prioridade é àqueles que apresentarem a menor renda per capita familiar, seguido do Cadastro Único, e a distância referente à localidade em que reside o estudante, seja do interior do estado ou de outro estado.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Sergipe, campus São Cristóvão, atualmente dispõe de onze programas de assistência estudantil entre bolsas e auxílios, sendo esses (as), conforme informações disponibilizadas pela instituição (Portal UFS, 2023):

*Auxílio viagem* – subsidiar despesas de estudantes, com transporte e hospedagem, para participação em eventos científicos com trabalhos aprovados;

*Auxílio moradia* – destina recursos financeiros para custeio de despesas com moradia aos alunos que não possuem residência fixa no município, no qual está localizado o campus, ou a *Residência universitária* - garante moradia e alimentação, com ambiente semelhante ao familiar, com até seis pessoas, com núcleos para homens e para mulheres;

*Creche* – garante recursos financeiros ao discente, mãe ou pai ou daquele que detenha da guarda de criança com idade entre três meses e seis anos incompletos;

*Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional* (PRODAP), com bolsas destinadas a estudantes de cursos de graduação presencial;

*Auxílio Esporte* – para discentes que tenham interesse em participar de competições em modalidades esportivas locais, regionais e nacionais, ou ainda o *Auxílio Cultura* - é ofertado ao estudante com aptidão avaliada para participar de grupos musicais, teatrais ou de dança para participar de ensaios e atuação em apresentações locais, regionais e nacionais;

*Apoio inclusão* - o discente que se inscrever deve prestar apoio acadêmico aos estudantes com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais, ou o *Auxílio inclusão* - para o estudante que comprovar deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS;

*Manutenção acadêmica* - para auxiliar nas despesas com material de estudo; *Apoio pedagógico/Acompanhamento acadêmico* - destinado a universitários, na participação de atividades acadêmicas complementares, prestando ou obtendo apoio em disciplinas ligadas ao curso;

*Alimentação* - consiste num programa destinado a subsidiar despesas com alimentação de estudantes dos cursos de graduação que comprovadamente necessitem do auxílio. Tem como objetivo contribuir para a permanência dos estudantes e a conclusão de seus cursos de graduação. Existe nas modalidades de Auxílio Alimentação Individual[29] e Auxílio Alimentação Coletivo (Residência);

E o *Programa de bolsa permanência* - refere-se a concessão de auxílio financeiro aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados. (Portal UFS, 2023).

Além disso, é válido destacar que dispõe de um auxílio de caráter esporádico, o *Auxílio Apoio Acolhimento* – este é com base na disponibilidade orçamentária da instituição, sendo destinado ao aluno ingressante por meio das cotas de renda familiar. No início do semestre letivo o aluno que se enquadra neste grupo recebe em uma única vez o equivalente a quatro meses de auxílio alimentação, manutenção acadêmica e transporte (Relatório de Gestão, 2020), e ainda a *Orientação psicossocial*[30] - este serviço tem como objetivo principal prestar orientação e acompanhamento psicossocial aos estudantes atendidos pelos programas

[29] Campis que não possuem Restaurante Universitário (Resun), nesse caso o Campus São Cristóvão possui, então não se aplica.
[30] Este apoio não se trata de um auxílio monetário, mas relaciona-se a um apoio psicológico prestado.

de assistência estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), além de prestar informações e esclarecimentos sobre temas específicos de interesse da comunidade universitária.

A partir disso, de acordo com Vasconcelos (2016, p. 132)

> A exigência do turno integral nas instituições públicas propicia aos estudantes maiores oportunidades de envolvimento em atividades de pesquisa e extensão, além das atividades de ensino, o que pode conduzir a uma formação mais ampla e de melhor qualidade.

Nessa perspectiva, ao tempo em que o estudante não tem vínculos empregatícios de carteira assinada proporciona tempo de qualidade para dispor das oportunidades de bolsas de pesquisa na universidade, contudo, também não garante que o mesmo tenha subsídios suficientes para uma qualidade de vida razoavelmente adequada, com saúde física e mental assegurados.

Em contrapartida a tentativa de garantir a permanência dos estudantes na universidade e a extinção da evasão acadêmica, os auxílios e bolsas não atingem todos aqueles que necessitam desses subsídios, em virtude dos baixos recursos destinados para o programa. Haja vista que

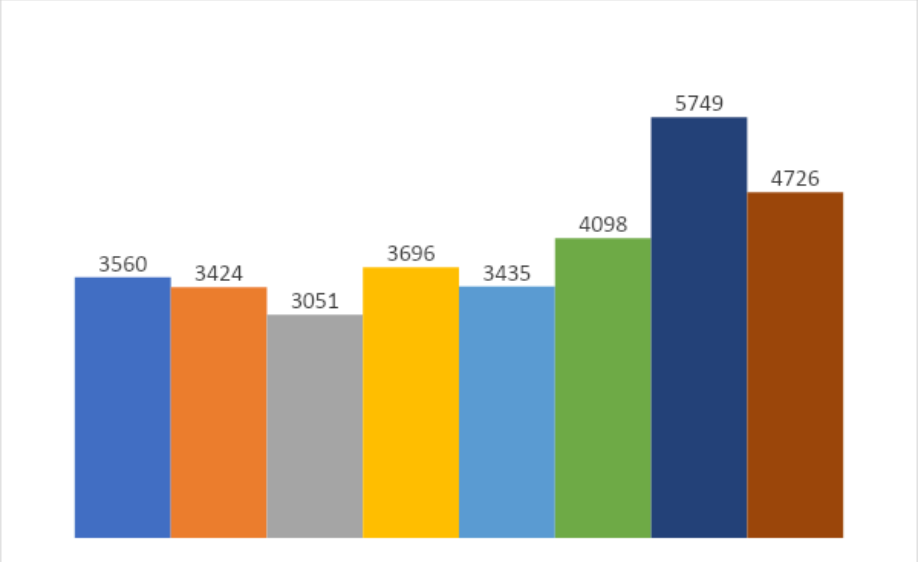
> O tripé bolsa, alimentação e moradia, ainda é o motor destes programas, não priorizando as ações de lazer, saúde, acesso à informática etc. em grande parte das universidades brasileiras – questão que tem a ver com a apropriação que o discurso neoliberal faz da concepção de necessidades básicas, e termina por direcionar a política sob critérios rígidos de seletividade, à luz de argumentos como o da insuficiência de recursos do Estado (Nascimento, 2012, p. 23-24).

Haja vista os fatos apresentados, o objetivo da assistência estudantil é assegurar a permanência dos universitários nas academias, como outrora mencionado. Nesse sentido, os auxílios visam propiciar a equidade para àqueles que estão postos à margem da sociedade, os quais sofrem diariamente na luta pela garantia de seus direitos. Bem como, a equidade é uma tentativa de reduzir os impactos das diferenças geradas pela sociedade, através das bolsas e auxílios; a igualdade é a tentativa de equiparar os direitos dos usuários. Ainda, é importante destacar que a assistência estudantil tem como objetivo focar, prioritariamente na inclusão daqueles alunos da classe trabalhadora. Com isso,

> [...] é contraditório pensar em uma democratização diante de um quadro tão discrepante entre escolas públicas e privadas. É possível inferir que tal formato seletivo acaba por fortalecer o já existente sistema meritocrático, e relega ao "indivíduo" a total responsabilidade sobre seu sucesso ou fracasso (Luz, 2017, p. 125).

Nesse debate, infere-se que há um sistema estatal o qual prioriza a classe abastada e meritocrata com investimentos pesados na educação privada, ao tempo em que cessa os recursos financeiros da educação pública. Partindo do pressuposto que Universidade Federal de Sergipe dispõe de programas voltados para atender as demandas sociais dos discentes, cabe trazer alguns dados que revelam o número de discentes que são assistidos pelos programas sociais visando minimizar os prejuízos para a permanência acadêmica desses.

**Gráfico 4 - Auxílios da Assistência Estudantil UFS (2015-2022)**




Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos Relatórios de Gestão UFS, 2015 e 2022

O Gráfico 5 acima apresenta o quantitativo de estudantes beneficiados através da assistência estudantil da UFS no período de 2015 a 2022[31], período no qual se refletem diversas problemáticas, como já foram citadas anteriormente. Nessa perspectiva, cabe destacar que de modo geral a educação superior, particularmente na UFS, é impactada pelos desmontes desde sua gênese, quando fora pensada inicialmente para atender apenas uma classe, a burguesa. Com a pandemia da COVID-19, iniciada no fim de 2019, houve uma intensificação progressiva com a suspensão[32] das atividades acadêmicas presenciais, o que acarretou diversas problemáticas, sendo elas:

[31] É válido ressaltar que durante a coleta de dados foi possível perceber que os relatórios de Gestão da UFS até 2020, trazem dados quantificados, enquanto os relatórios de 2021 e 2022 trazem dados percentuais comparativos com anos anteriores.

[32] A suspensão das aulas presenciais levou muitas IES a optarem pela utilização do Ensino Remoto Emergencial como forma alternativa para prosseguir com o ano letivo. No entanto, embora essa modalidade também utilize frequentemente o ambiente on-line para o ensino das disciplinas curriculares, ela se diferencia do Ensino a Distância em termos de características e possibilidades de implicações para a educação.

> a) a falta de suporte psicológico a professores; b) a baixa qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em “meios digitais”); c) a sobrecarga de trabalho atribuído aos professores; d) o descontentamento dos estudantes; e e) o acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes às tecnologias necessárias (Gusso et al., 2020).

Diante disso, ao tempo em que as universidades federais brasileiras passavam por dificuldades orçamentárias, as mesmas foram cruciais para o enfrentamento da pandemia, tendo em vista sua atuação em quatro frentes, a saber:

> a)ações sociais, incluindo capacitação de profissionais, distribuição de alimentos, empréstimo de equipamentos, realização de diagnósticos, produção de materiais educativos, serviços de apoio psicológico e teleatendimento foram as principais, e esse eixo é o que representou maior quantidade de ações realizadas; b) soluções de pesquisa, principalmente no desenvolvimento de vacinas e de equipamentos hospitalares; c) produção e fabricação de materiais e equipamentos, em especial a produção de álcool, peças de reposição hospitalar, material de limpeza e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); e d) suporte em infraestrutura, com a cessão de espaços e de veículos institucionais (Lima, 2023, p.4).

Com a urgência de implementação do Ensino Remoto, resultante da pandemia, as IES públicas não tinham aparato suficiente, bem como treinamento, planejamento e suporte técnico para esta nova modalidade, o que comprometeu a qualidade de ensino destas (Gusso et al., 2020). Visando atender as demandas emergenciais, as IES mantiveram os pagamentos dos auxílios vigentes, e algumas delas, como: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Sergipe (UFS), criaram auxílios emergenciais a fim de garantir condições de moradia e alimentação dos estudantes (Lima, 2023).

Apesar dos recursos limitados, a UFS traçou novas possibilidades para minimizar os impactos na vida dos discentes. Assim, foram disponibilizadas portarias normativas de auxílios pecuniários para atender as demandas mais urgentes naquele momento pandêmico, sendo: Plano de Ação Especial de inclusão digital (modalidade *DADOS*) - para contratação de serviço de internet banda larga fixa a alunos que não possuam acesso à internet e estejam com insuficiência de recursos financeiros (Portal UFS, 2021); Plano de Ação Especial de inclusão digital (modalidade *EQUIPAMENTOS*) - para aquisição de equipamentos por alunos que não possuam dispositivo eletrônico que permita o acompanhamento e a realização das atividades acadêmicas (Portal UFS, 2021); Plano de Ação Especial de inclusão digital (modalidade tráfego patrocinado pela *Rede Nacional de Ensino e Pesquisa* (*RNP*) ) - para concessão de

tráfego patrocinado, através da RNP, vinculado ao "Plano de Ação Especial de Inclusão Digital (Portal UFS, 2021); e o Plano especial *Manutenção Acadêmica* - o auxílio foi pago aos estudantes que possuem algum dos auxílios regulares de assistência estudantil (como moradia, transporte, alimentação, etc.) para uso com despesas acadêmicas (Portal UFS, 2021). Além disso, a UFS manteve também os auxílios da Pós-graduação (Lima, 2023).

Destarte, é possível perceber que diante dos cortes orçamentários crescentes antes mesmo da pandemia, são resultantes de políticas neoliberais regressistas, que avançam cada vez mais. Além disso, com o advento da COVID- 19 às demandas de atenção à saúde e inclusão digital tornaram-se eixos exponenciais das IES, dificultando ainda mais a obtenção de orçamentos voltados para estas áreas.

### 3.1 Privatização seletiva: focalização e (re)focalização[33] como estratégia de "mudança"

O sistema de focalização das políticas públicas surge da justificativa de condições limitadas dos recursos, bem como os investimentos públicos têm melhor retorno quando aplicados em pequenos grupos da população (Di Pierro, 2002). No Brasil, a contrarreforma da educação foi influenciada pela lógica do Banco Mundial (já mencionado anteriormente), nesse aspecto os investimentos estatais eram destinados ao ensino fundamental, tendo em vista ter um maior retorno econômico individual.

A educação superior brasileira é marcada pela elitização, isso advindo de fatores históricos como a colonização, o sistema escravocrata e a desigualdade socioeconômica vigente na sociedade (Nierotka; Trevisol, 2019). Seguindo esse viés, as políticas educacionais resultantes do movimento de reestruturação capitalista seguem as reformas propostas pelo Estado dentro da perspectiva neoliberal (Castro, 2010).

Partindo do pressuposto do projeto de reformulação da política de ensino superior brasileiro longo e tardio, este é fundamentado em leis, decretos e medidas provisórias (Castro, 2010). Diante disso, foram criadas políticas sociais voltadas para a democratização do acesso à educação superior, para àqueles que fazem parte da classe trabalhadora, tendo em vista o forte apelo popular para a ampliação das IES.

---

[33] Refocalizar o foco dos recursos em benefício de uma privatização seletiva e limitada.

Ao tempo em que surgem as políticas de democratização do acesso às IES, há também o avanço crescente da mercadorização acelerada desse nível de ensino. Em vista disso, o Estado reduz os investimentos nas instituições públicas transferindo esse orçamento para as instituições privadas, por meio dos financiamentos. Assim, Castro (2010, p. 205) afirma que "o governo cria "vagas públicas" em instituições privadas, acentuando o embaçamento entre os campos públicos privados, e dessa forma, denotando a natureza restritiva da educação pública no país, a favor da expansão do ensino privado".

Nesse sentido, é importante destacar que o processo de expansão das IES públicas tem sido vagaroso, como já sinalizado e posto no Quadro 1, que pode ser encontrado na introdução desta pesquisa. Dito isso, passam a ser objetos de metas do mercado expandido, uma vez que, para o funcionamento dessas instituições há demanda de recursos externos, bem como parcerias (Castro, 2010). Com isso, o governo retrai sua responsabilidade sob as instituições públicas, mesmo que exalte a "crescente"[34] ampliação de novas instituições de ensino superior. Para Castro (2010, p. 207) há uma grande "distância entre inaugurar e manter as instituições em bom funcionamento, já que o investimento público, de 4,6% do PIB, é inferior aos 6%, que a UNESCO[35] recomenda".

Partindo dessa premissa da focalização no âmbito da política social, destacam-se alguns aspectos que devem ser considerados, conforme evidenciam Pereira e Stein (2010, p. 107-108) de que há um discurso no qual,

> [...] a lógica da fragmentação e do curto prazo prepondera; o trato com a realidade exige apenas conhecimento de pequeno alcance, pois o local se sobrepõe ao geral; as prestações sociais são ditadas pelo imediatismo e pela rapidez de resultados, geralmente quantitativos e referenciados na renda; o mérito desbanca o direito, até mesmo entre os pobres, que se transformam em vítimas meritórias da proteção social, por sua situação de penúria; as preferências individuais substituem as necessidades sociais na definição das políticas; e a história, cujo sentido de totalidade é essencial para se pensar em mudanças complexas e de longo prazo, se restringe a acontecimentos localizados ou isolados que requerem respostas pontuais.

Nessa perspectiva, a *focalização* está limitada a abarcar pequenos grupos, predeterminados, o que vai contra o princípio da *universalidade* da política social, uma vez que se trata de ampliar o acesso para atender sem determinar um grupo específico diretamente, mas o seu coletivo, numa conotação pública, tendo em vista a instrumentalização de execução dos direitos civis (Pereira; Stein, 2010).

---

[34] Crescente, mas com algumas ponderações, tendo em vista quando comparamos com a ampliação aligeirada das IES privadas.

[35] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Nesse viés, a universalidade tem por "objetivo democrático não discriminar cidadãos no seu acesso a bens e serviços que, por serem públicos, são indivisíveis e deveriam estar à disposição de todos" (Pereira; Stein, 2010, p. 111). Mesmo diante da necessidade de atenção ao princípio da universalidade, o Estado opta por adotar o princípio da focalização, bem como a ideia de seletividade que se impõe à universalidade, tendo em vista que a primeira (focalização) é mais eficaz em relação à alocação de recursos escassos (Pereira; Stein, 2010).

Dentro da UFS, tal lógica projeta-se nas estratégias adotadas para seleção de bolsas para contribuir na permanência dos estudantes, bem como uma tentativa de conclusão do curso. Nesse sentido,

> A política de assistência ao estudante consiste em um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e métodos que orientam a estratégia institucional de provimento de soluções às necessidades do estudante em situação de vulnerabilidade na UFS, materializando-se em programas e projetos voltados para o apoio ao aluno na universidade (Melo, 2013, p.125).

A partir disso, os estudantes passam por uma seleção, na qual é necessário: estar apto junto ao parecer do CadÚnico[36], declarar situação de vulnerabilidade socioeconômica no SIGAA (Portal UFS, 2023). Ao tempo em que tem um aspecto burocrático para selecionar e focalizar naqueles que mais sofrem com as desigualdades sociais, não há aprofundamento em relação à vida acadêmica do discente, ao âmbito familiar, e às expressões da questão social enfrentadas pelo universitário, o que demandaria muito mais tempo para atender às necessidades desses discentes. Assim, o fato de se tratar de demandas urgentes, na qual o público a ser atendido não pode esperar, as demandas caem na vala comum da focalização e da seletividade, bem como atendem apenas a um grupo já determinado pela lógica neoliberal adotada pelo Estado.

Partindo dessa premissa, a UFS segue a perspectiva determinada pelo Estado, a qual propõe focalizar nas minorias, de modo ainda mais restrito. Logo, é aplicada a perspectiva focalista ou de um universalismo segmentado, bem como seguem uma seletividade pelas principais razões:

> [...] aplicam-se com mais eficácia e moralidade critérios redistributivos e igualitaristas; enfrentam-se situações de pobreza e de exclusão de forma mais orientada (sem perder o foco) e efetiva; gasta-se menos; e, tecnicamente, atua-se de forma mais eficaz na gerência de programas e projetos a serem desenvolvidos (Pereira; Stein, 2010, p. 113).

[36] No qual, dispõe de um aprofundamento socioeconômico realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Neste sentido, a seletividade é utilizada como meio de garantia para os grupos sociais considerados minorias, para que estes utilizem do benefício com certa "vantagem comparativa" (Pereira; Stein, 2010). Assim, quando Pereira; Stein (2010, p.113), afirmam que "[...] a seletividade – que não é outra coisa senão a focalização na pobreza, ou a seletividade dos gastos sociais [...]", evidencia que essa lógica segmentada faz parte do projeto neoliberal, o qual se utiliza de um discurso de que é necessário focalizar nos pequenos grupos para uma melhor efetivação, quando efetivamente limitam-se o orçamento financeiro destinado para essas políticas sociais.

Partindo desse pressuposto de focalização na UFS, é possível ilustrar melhor esse quadro de seletividade/focalização em relação a disponibilidade de bolsas *versus* o público universitário matriculado, a partir dos relatórios de gestão[37] (Portal UFS, 2015-2022), dito isso seguem os dados coletados no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Número de discentes *versus* Número de assistidos**

| | | |
|---|---|---|
| **2015** | **24053** | **3560** |
| **2016** | **24430** | **3424** |
| **2017** | **25411** | **3051** |
| **2018** | **28123** | **3696** |
| **2019** | **27372** | **3435** |
| **2020** | **23850** | **4098** |
| **2021** | **23832** | **5749** |
| **2022** | **23093** | **4726** |

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos Relatórios de Gestão UFS, 2015-2022

Diante do exposto, é possível notar que o número de discentes quando comparado ao número de alunos assistidos, é desproporcional tendo em vista o perfil atual dos estudantes, perfil esse, sendo em sua maioria considerada baixa renda. De acordo com a **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES 2018**, afirmam que os perfis investigados

> [...] demonstram, de maneira inequívoca, que as políticas públicas, mencionadas anteriormente, tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes matriculados nas IFES, de sorte que estas passaram a espelhar a heterogeneidade

[37] Dados coletados a partir dos relatórios de gestão, no qual os mesmos apresentam divergências entre si em relação aos números exatos do total de estudantes, bem como de bolsas.

> presente na sociedade brasileira, atestando o êxito das políticas afirmativas adotadas. Tal impacto pode ser observado no aumento numérico da presença de estudantes do sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígenas, cuja renda familiar mensal per capita encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas, o que atesta a importância da continuidade da alocação de recursos orçamentários para a manutenção dos programas e ações de assistência estudantil, com vistas à permanência destes públicos nas universidades (FONAPRACE/ANDIFES, 2018, p.7).

A partir disso, pode-se perceber que a mudança no perfil do alunado do ensino superior, é consequência das políticas afirmativas voltadas para a ampliação de vagas nas IES, bem como há a necessidade de políticas sociais voltadas para garantir a permanência desses estudantes. Assim, se compararmos três apontamentos, sendo eles: perfil socioeconômico, número de estudantes e número de estudantes assistidos, na UFS é possível perceber que o princípio da focalização está (re) focalizando apenas num pequeno grupo. Consequentemente essa (re) focalização é decorrente dos mecanismos reguladores dessas políticas sociais limitadas pelo Estado neoliberal (Pereira; Stein, 2010).

Nessa perspectiva, de acordo com Mário Theodoro e Guilherme Delgado (2003, p. 123):

> [...] se só os mais pobres teriam direito às políticas sociais, então a perpetuação da pobreza torna-se um pressuposto lógico: só a existência perene desse grupo como norma justifica a ação do Estado nesse âmbito. No limite, a política de focalização consolidaria e engessaria a desigualdade, o que significa o abandono do projeto efetivo de combate à pobreza e de construção de um sistema amplo de proteção.

Nesse contexto, a focalização ou a seletividade não são os princípios mais adequados para serem utilizados. Desse modo, tendo em vista as desigualdades sociais serem estruturais e enraizadas, ao utilizá-los estaria desmontando o princípio da universalização, assim como, lutando por direitos de acordo com os limites determinados pela sociedade de classe (Pereira; Stein, 2010). Assim, cabe ressaltar que essa focalização ou (re) focalização fazem de um projeto de privatização seletiva, o qual tem por objetivo exclusivo o crescimento do capital, por meio da segmentação das políticas sociais.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permite apresentar uma análise da assistência estudantil a partir da lógica neoliberal, bem como trazer apontamentos acerca da contextualização histórica, sinalizando as contra reformas dos governos, o que se torna imprescindível para problematizar o processo de restrição acerca do orçamento limitado para as políticas sociais das IES.

Este trabalho elegeu como objeto de estudo a assistência estudantil na UFS, a partir dos cortes orçamentários, os quais inviabilizam a permanência dos estudantes, ao tempo em que apresenta as estratégias utilizadas pelo Estado, como a focalização. Desse ponto de vista, foram encontrados alguns entraves, em virtude da precária produção de conhecimento voltado ao tema direcionado a UFS, assim como em relação à catalogação de dados mais precisos da instituição. Desta forma, considera-se que esta pesquisa tem a perspectiva de auxiliar com as informações já existentes, mesmo diante os desafios supracitados.

Posto as restrições orçamentárias acerca da assistência estudantil a partir da implementação do neoliberalismo adotado pelos governos brasileiros é possível perceber a ampliação das IES privadas. Desse modo, há o aprofundamento da política de privatização do ensino superior, bem como a política de cortes que inviabilizam a permanência de estudantes nas instituições de ensino.

As análises empreendidas permitiram evidenciar que historicamente, a educação superior foi direcionada para a elite. E com o advento da reformulação da educação houve a ampliação das IES públicas (quantitativo bem menor), bem como das IES privadas (quantitativo exponencialmente maior). Nesse sentido, é possível salientar que há uma ampliação no que diz respeito às vagas para o ensino superior, contudo essas vagas são destinadas em sua maioria, para as instituições privadas com as chamadas “vagas públicas”, provocando assim a precarização desse nível de ensino.

A partir disso, mesmo com a expansão de vagas nas IES públicas (alargamento reduzido) não é assegurada a permanência de modo universalizado para todos os estudantes, ao tempo em que se adota a perspectiva de focalização/seletividade em relação às bolsas/auxílios, as quais viabilizam a o acesso e permanência, esta promove a privatização seletiva dos setores públicos educacionais. Nessa condição de focalizar num pequeno grupo, a UFS e demais IES públicas impulsionam o que chamamos de segmentação das políticas sociais, numa falsa tentativa de mudança positiva.

O processo de expansão das instituições de ensino superior, alinhado a lógica dos governos progressistas (Lula e Dilma), expressa a intenção de alargamento das IES públicas e privadas, atrelada a lógica neoliberalista, tendo em vista que expande o número das mesmas, mas não há investimento suficiente nas públicas para garantir a permanência até a conclusão do curso. Assim como, também ao ampliar vagas nas IES privadas desatrela a responsabilidade do Estado em financiar o acesso para as instituições federais, de maneira qualificada e democrática.

Esse processo resultou em retrocessos na educação superior, evidenciada no número escasso de instituições públicas atrelado ao número vertiginoso das instituições privadas. Em consequência, reduz-se a responsabilidade financeira do Estado para as IES públicas. Apesar das mudanças radicais no quadro político do país, com o avanço do neoliberalismo, houve a crescente mercadorização da educação, pondo em xeque as políticas de assistência, quando estas passam a ser aplicadas de maneira (re) focalizada, visando uma privatização seletiva.

A proposta neoliberal está vinculada a perspectiva de focalização, uma vez que secciona as políticas sociais, impondo limites orçamentários para a esfera pública numa aparente mudança. Pelo contrário do que se espera focalizar não é a solução para a efetivação das políticas sociais, ao tempo em que se gera uma incoerência quando se tem a educação como direito de todos, previsto constitucionalmente e assegurado pelo Estado.

Nesse sentido, é imprescindível salientar que com o alargamento das instituições de ensino superior houve também uma mudança significativa no que diz respeito ao perfil dos estudantes destas. De acordo com pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, foi possível perceber que o público que atualmente frequenta o ensino superior não se restringe apenas a elite, há uma parcela considerável de estudantes da classe trabalhadora. Então é cabível destacar que mesmo com os percalços e limites estabelecidos, foram dados pequenos e importantes passos para uma educação de qualidade e democrática, mas que ainda necessitam ser ampliados através de investimentos financeiros para o âmbito da educação pública.

Também, aponta-se para o paradoxo de ampliar vagas nas instituições de ensino, contudo limitar o investimento nesse campo. Sugere-se que ao passo em que expande vagas se faz necessário estender os investimentos, tendo em vista atender um contingente maior de estudantes principalmente quando se olha para o perfil atual.

Na atual conjuntura, em que o Estado utiliza das estratégias neoliberalistas para delinear as possíveis políticas sociais que devem ser aplicadas na sociedade, estas estão alicerçadas na expansão do capital. Consequentemente, ao adotar esse sistema neoliberal gera-se o aumento

da desigualdade social, levando em consideração que um Estado que investe em educação também vai investir na saúde, assim como nas políticas de assistência social.

Cabe, portanto, evidenciar que a pesquisa visou mostrar a importância dos programas sociais voltados para a educação, como a garantia de direitos tanto na ampliação de vagas, como na permanência nas instituições. Como também refletir sobre a relevância desse campo de atuação do profissional do Serviço Social, na medida em que Assim, é imprescindível problematizar que não é ampliando vagas apenas que estará promovendo a garantia de educação de qualidade e democrática para todos, tal como focalizar em pequenos grupos para aplicação de políticas assistenciais. Faz-se necessário investir progressivamente na educação, especialmente no nível superior visto que este promove o desenvolvimento de pesquisas, o avanço na ciência, além de ser a "porta de entrada" para o ingresso no mercado de trabalho qualificado. Ainda, se faz necessário impulsionar uma política de educação que defenda um projeto educacional antagônico ao modelo capitalista neoliberal.

## REFERÊNCIAS


Alves, A. **Assistência social: História, análise crítica e avaliação**. Editora Juruá, 2009.

ANDIFES (2011). **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais brasileiras.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/perfil-socioeconc3b4mico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduac3a7c3a3o-das-universidades-federais-brasileiras3-1.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

Associação Dos Docentes Da Universidade Federal De Alagoas, Adufal. **Em três anos, o governo Bolsonaro cortou R$6 bilhões do ensino superior.** Disponível em: <https://www.adufal.org.br/Conteudo/31119>. Acesso em: 01 out. 2023.

Azevedo, Margarida. **Nas últimas duas décadas, Governo Bolsonaro é o que mais cortou em recursos de educação e ciência.** Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2022/12/amp/15138129-governo-atual-eo-que-mais-cortou-em-recursos- de-educacao-e-ciencia.html>. Acesso em: 05 out. 2023.

Câmara Da Reforma Do Estado, Presidência Da República (1995). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf > Acesso em: 01 out. 2023.

Censo da educação superior**. Notas Estatísticas.** [2017]. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 25 set. 23.
Censo de educação superior 2018. **Divulgação dos resultados.** Disponível em:<https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf>. Acesso em: 25 set. 23.

Chaves de Oliveira, Olivia. **O Desafio da Permanência Estudantil em Tempos de Crise.** Anais do XV Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” (EDUCON), 24 set. 2021. Disponível em:<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16410/2/DesafioPermanenciaEstudantilTemposCrise.pdf> - Acesso em: 21 abr. 2023.

Couto, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.
Cunha, Luiz Antônio. **O ensino superior no octênio FHC. Educação & Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 37–61, abr. 2003. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/es/a/kLKQrxCM8hVbjsQ5vs4SY9n/>. Acesso em: 24 set. 2023.

**Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.** Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

**Despesas e Transferências Sujeitas ao Teto - EC no 95/2016 — Tesouro Transparente**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/execucao-orcamentaria-e-financeira/despesas-e-transferencias-sujeitas-ao-teto-ec-no-95-2016>. Acesso em 01 out. 2023.

Di Pierro, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos.** Educação e Pesquisa, v. 27, n. 2, p. 321–337, jul. 2001. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ep/a/ymnnxqhRj7KXD5mtckWrnfv/?lang=pt>. Acesso em: 01 de out. 2023.

Educação Saraiva. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: conheça o documento normativo do ensino superior no Brasil**. 16 fev. 2023. Disponível em: <https://blog.saraivaeducacao.com.br/lei-de-diretrizes-e-bases-da educacao/#:~:text=A%20Lei%20de%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(LDB)%2C,do%20direito%20universal%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 01 out. 2023.

G1 de São Paulo (2015). **Ocupações, atos e polêmicas: veja histórico da reorganização escolar.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/ocupacoes-atos-e-polemicas-veja-historico-da-reorganizacao-escolar.html>. Acesso em: 01 out. 2023.

G1 de São Paulo. **Economia em 2015: o ano em que o Brasil andou para trás.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/economia-em-2015-o-ano-em-que-o-brasil-andou-para-tras.html>. Acesso em: 02 out. 2023.

Gomes, Blaranis; RIBEIRO, Lucas. **Cortes na Educação: a cronologia da precariedade | Comunica UFU**. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticia/2023/02/cortes-na-educacao-cronologia-da-precariedade>- Acesso em: 16 abr. 2023.

Gov br. **Conheça a história da educação brasileira.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 01 out. 2023.

Gusso, Hélder Lima. *et al*. **Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária.** Educação & Sociedade, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxtfr/?lang=pt#>. Acesso em: 28 set. 2023.

Matheus, Naville Gutierrez. A gratuidade da universidade pública é inquestionável, in: PEmCie. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/pemcie/2022/05/24/a-gratuidade-da-universidade-publica-e-inquestionavel/. Acesso em: 27/05/2023

Medeiros, Ana Hortência de Azevedo. **Ultraneoliberalismo X Bolsonarismo: Inflexões Sobre a Política de Assistência Social nos Dias Atuais.** In: V Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, 2021, Evento on-line. V Seminário

Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, 2021. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/artigo/36.pdf>. Acesso em: 26 set. 23.

Menezes, Ebenezer Takuno de. Verbete MEC/USAID. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/mec-usaid/>. Acesso em 27 set 2023.

Mészáros, István. Entrevista. Istvan Mészáros e sua ardorosa defesa da humanidade. [Entrevista cedida a] Ruy Braga e Ricardo Antunes. Cult, São Paulo, 2 out. 2017. Disponível em:
https://revistacult.uol.com.br/home/istvan-meszaros-e-sua-ardorosa-defesa-dahumanidade/. Acesso em: 21 abr. 2023.

Miranda, João Elter Borges. **O ultraliberalismo enquanto categoria conceitual.** Disponível em:
<https://lavrapalavra.com/2020/12/02/o-ultraliberalismo-enquanto-categoria-conceitual/>. Acesso em: 01 out. 2023.

Montaño, C. Terceiro Setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2002.

Netto, João Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Nierotka, Rosileia Lucia.; TREVISOL, Joviles Vitório. **Políticas de democratização do acesso à educação superior e ações afirmativas**. In: Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2019, pp. 40-64. ISBN: 978-65- 5019-009-5. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6qxg8/pdf/nierotka-9786550190071-03.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB). **Ciências Sociais Articuladas – O orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: 22 anos de avanços e retrocessos.** Disponível em: <https://olb.org.br/ciencias-sociais-articuladas-o-orcamento-da-educacao-ciencia-e-tecnologia-no-brasil-22-anos-de-avancos-e-retrocessos/ >. Acesso em: 05 out. 2023.

Palavezzini, Juliana. A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 26, n. 1, p. 217–236, abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/vnLPr6rWQcKNPbG8Qn9WMYk/?lang=pt> - Acesso em: 21 abr. 2023.

Pereira, Potyara A, P. Política social · temas & questões. Editora, Cortez; 3ª edição, 2017.

Portal UFS - **UFS: 50 anos de políticas inclusivas.** Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/71423-ufs-50-anos-de-politicas-inclusivas>. Acesso em: 01 out. 2023.

PT, Partido dos Trabalhadores (2014). **Veja as 20 metas do Plano Nacional de Educação sancionada por Dilma.** Disponível em: <https://pt.org.br/veja-as-20-metas-do-plano-nacional-de-educacao-sancionado-por-dilma/>. Acesso em: 01 out. 2023.

**Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2016. – Brasília: Instituto Nacional.**
ROSANGELA, M. A assistência estudantil no contexto da "Reforma" do ensino superior público do Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES – São Cristóvão, 2013.

SALES, A.C.R. **Mercantilização do Ensino Superior e o Movimento Estudantil: Residência e Descaminhos no Contexto Neoliberal**. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - UFS, São Cristóvão, 2021.

Salvador, Evilasio. **Financiamento e Orçamento da Política de Assistência Social**. [s.l.] Universidade de Brasília (UnB), BRASÍLIA, MDS, 24/04/2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Palestra%20MDS%20abril%202015%20-%20Evilasio%20Salvador.pdf >- Acesso em: 26 abr. de 2023.

São Paulo, Estadão Conteúdo. **Educação perde R$10,5 bi em 2015**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/02/educacao-perde-r-105-bi-em-2015.htm>- Acesso em: 16 abr. 2023.

Silva, Daniel Neves. **"Governo Collor";** *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/governo-collor.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

Soares, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

Tancredi, Silvia. **"O que é Enem?"**Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao/o-que-e-enem.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

Traina‐Chacon, José Marcelo; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. 6, n. 17, p. 78–100, 1 set. 2015. Disponível em:<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007287215000372>. Acesso em: 25 set. 23.

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (2023). **Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) - Limite dos gastos públicos.** Disponível em:<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/emenda-constitucional-no-95-ec-95-limite-dos-gastos-publicos >- Acesso em: 16 abr. 2023.